



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017
PAE-SEI N. 0000860-60.2017.4.01.8012
Menor Preço Global

Razão Social:	
CNPJ n.:	
Endereço Completo:	
Telefones:	
Nome Legível do Representante:	
Cargo:	
CPF n.:	

RECIBO

Recebi da Comissão Especial de Licitação da Justiça Federal em Rondônia o Edital acima identificado e anexos, como também os demais materiais de apoio, através de:

- () mídia digital () e-mail
() www.comprasgovernamentais.gov.br () <http://portal.trf1.jus.br/sjro/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>

Conferi o Edital e os anexos a seguir listados, e confirmo que se encontram na íntegra e legíveis:

Anexo I - Projeto Básico em PDF, composto de:

Anexo I-A - Memorial Descritivo, em PDF;

Anexo I-B - Projetos e Detalhamentos da Rampa de Acesso, Calçada e Acessibilidade (11 Pranchas), em PDF e DWG;

Anexo I-C - Planilha Orçamentária, em PDF e XLSX;

Anexo I-D - Planilha Composição de Custos Unitário, em PDF e XLSX;

Anexo I-E - Planilha Composição do BDI, em PDF e XLSX;

Anexo I-F - Planilha Cronograma Físico-Financeiro, em PDF e XLSX;

Anexo I-G - Tabela de Composição de Encargos Sociais SINAPI, em PDF; e

Anexo I-H - ARTs do Projetos e da Planilha Orçamentária, em PDF;

Anexo II - Minuta de Contrato, em PDF;

Anexo III - Modelo Declaração de ME/EPP, se for o caso, em PDF;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, em PDF;

Anexo V - Modelo de Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, especificando o fato impeditivo, se

houver, em PDF;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta (IN 02/009 – MPOG), em PDF;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições do Local onde será Executado o Objeto, caso não tenha realizado a vistoria prévia.

OBSERVAÇÃO: Caso tenha obtido os arquivos por meio de e-mail ou sítio eletrônico, enviar este recibo para o e-mail da Comissão Especial de Licitação - selit.ro@trf1.jus.br.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

(Local e data)

(Assinatura)

(carimbo CNPJ)

TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017

PAE-SEI N. 0000860-60.2017.4.01.8012

Código UASG: 090025

A **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, situada na Avenida Presidente Dutra, n. 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-902, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria SJ DIREF n. 279, de 24 de julho de 2017, torna público aos interessados que, na forma da Lei n. 8.666/1993, da Lei Complementar n. 123/2006 e do Decreto n. 8.538/2015, realizará procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, sob o regime de execução indireta, **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, mediante as condições e exigências constantes no processo administrativo em epígrafe, no presente Edital e em seus anexos.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 14/09/2017

Horário: 10:30 horas (horário de Brasília/DF)

Local / Endereço: Sala de Treinamento - localizada no 1º piso da sede da Seção Judiciária de Rondônia, situada na Avenida Presidente Dutra, n. 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-902.

Telefone para contato: (69) 3211-2452 **Fax:** (69) 3211-2423

E-mail para contato: selit.ro@trf1.jus.br

Caso não haja expediente ou ocorra situação que inviabilize a abertura do certame na data indicada acima, a sessão será

automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, sendo mantido o mesmo horário e endereço, salvo comunicação da Comissão em contrário.

Todos os horários desta licitação, mesmo decorrentes de possíveis adiamentos ou suspensões, têm como referência o horário de Brasília/DF, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para reforma da rampa do acesso principal, calçadas externas e demais itens de acessibilidade interna no Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia, de acordo com as especificações e projetos constantes no Anexo I - Termo de Referência.
2. A obra será realizada no edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - Porto Velho/RO - CEP: 76805-902.
3. São Anexos da presente Tomada de Preços, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Projeto Básico, composto de:

Anexo I-A - Memorial Descritivo;

Anexo I-B - Projetos e Detalhamentos da Rampa de Acesso, Calçada e Acessibilidade (11 Pranchas);

Anexo I-C - Planilha Orçamentária;

Anexo I-D - Planilha Composição de Custos Unitário;

Anexo I-E - Planilha Composição do BDI;

Anexo I-F - Planilha Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo I-G - Tabela de Composição de Encargos Sociais SINAPI; e

Anexo I-H - ARTs do Projetos e da Planilha Orçamentária;

Anexo II - Minuta de Contrato;

Anexo III - Modelo Declaração de ME/EPP, se for o caso;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo V - Modelo de Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, especificando o fato impeditivo, se houver;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta (IN 02/009 – MPOG);

Anexo VII - Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições do Local onde será Executado o Objeto, caso não tenha realizado a vistoria prévia.

SEÇÃO II - DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. Para fim de elaboração das propostas, a Justiça Federal estimou em **R\$ 173.115,74** (cento e setenta e três mil cento e quinze reais e setenta e quatro centavos), já incluso o BDI, conforme discriminados nas respectivas Planilhas em anexo, o qual será o **preço máximo** aceito pela Comissão Especial de Licitação.
5. A despesa com a execução do objeto desta licitação correrão com créditos orçamentários na Unidade Gestora (UG): 090025; Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 85316; Natureza de Despesa (ND): 339039 - Serviço de Pessoa Jurídica.

SEÇÃO III - DA OBTENÇÃO DO EDITAL

6. Será disponibilizada aos interessados arquivos digitais contendo o Edital e seus anexos, minuta contratual e projetos executivos, memoriais, planilhas de custo, dentre outros, necessários à elaboração da proposta e à execução dos serviços.
7. Os arquivos digitais contendo o Edital e demais peças estarão disponíveis aos interessados na sala da Comissão Especial de Licitação da Justiça Federal/RO, à Avenida Presidente Dutra, n. 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-902, no horário de 08 às 18 horas (sala da SELIT no 1º pavimento), sendo aconselhável agendar a busca dos arquivos através do e-mail, telefone e fax da Comissão Especial de Licitação disponíveis no preâmbulo deste Edital.
8. Para obter o Edital, os interessados deverão levar mídia apropriada para gravação do Edital (CDR, DVD, DVD-R, Pen Drive e assemelhados).
9. É de responsabilidade das empresas interessadas conferir as peças obtidas em mídia digital e detectar eventuais falhas de gravação ou qualidade para solicitar sua troca à Justiça Federal em tempo hábil, assim como manter a integridade da

gravação.

10. Os interessados também podem solicitar o Edital e seus anexos, inclusive com os projetos executivos, para envio no endereço eletrônico (e-mail) indicado, mediante solicitação a Comissão Especial de Licitação, com pedido formulado por e-mail, fax ou telefone dispostos no preâmbulo, sendo de responsabilidade da empresa interessada possuir os equipamentos e programas necessários ao download dos arquivos.
11. De qualquer forma, o Edital e seus anexos estão disponíveis para download diretamente no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Rondônia (portal.trf1.jus.br/sjro), no menu "Transparência", submenu "Licitações".
 - a. A disponibilização do Edital completo mediante download é mera facilidade adicional não se responsabilizando a Justiça Federal pelas dificuldades técnicas ou indisponibilidade do sistema que venham a dificultar ou impedir a disponibilização ou obtenção dos arquivos.
12. A Justiça Federal de Rondônia não fornecerá cópias impressas do Edital e seus anexos, bem como das pranchas dos projetos.
13. A Justiça Federal de Rondônia não se responsabilizará por quaisquer alterações feitas indevidamente pela empresa ou por terceiros, por culpa ou dolo, nos arquivos obtidos em mídia digital ou por download.
14. Para fins de registro e controle, solicita-se que o interessado, no ato de recebimento ou download dos arquivos contendo o Edital e seus anexos, realize o preenchimento do "Recibo" e envie para o e-mail da Comissão Especial de Licitação - selit.ro@trf1.jus.br.

SEÇÃO IV - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15. Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileiras de Normas Técnicas - ABNT, especialmente as NBR 9.050 e a NBR 13.994 (acessibilidade), compreendendo ainda:
 - a. Normas de execução de serviços e/ou obras;
 - b. Especificações;
 - c. Métodos de ensaio;
 - d. Terminologias;
 - e. Padronização;
 - f. Simbologias.
16. Fundamentam, ainda, a presente licitação:
 - a. A Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
 - b. A Lei Complementar n. 123/2006;
 - c. Decreto Legislativo n. 186, de 2008;
 - d. A Resolução n. 114/2010, alterada pela Resolução n. 132/2011, do Conselho Nacional de Justiça e Resolução n. 179/2011, do Conselho da Justiça Federal;
 - e. As normas técnicas e específicas do Governo do Estado de Rondônia, Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO e INMETRO;
 - f. As normas técnicas citadas no corpo do Projeto Básico, vinculadas a serviços específicos lá discriminados;
17. Na execução, serão ainda consideradas as normas específicas explicitadas nos Cadernos de Encargos e Memoriais Descritivos e ainda, no Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos - Guia para Gestores - 1ª Edição- Julho/2015 da SPU - Secretaria do Patrimônio da União.

SEÇÃO V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

18. A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente Edital e nos seus Anexos;
19. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem atividade compatível com o objeto deste Edital e que:
 - I. esteja devidamente registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; ou
 - II. requeiram o seu cadastramento na Comissão Especial de Licitação desta Seccional para participação neste certame, no caso de empresas não cadastradas no SICAF.
 - a. o referido cadastro deverá ser realizado até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas (data da abertura da presente licitação), devendo a licitante, para tanto, apresentar a documentação de

Habilitação Cadastral, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei n. 8.666/1993.

- b. os documentos da Habilitação Cadastral correspondem aos itens de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal exigidos nos itens 37 e 39 deste Edital, conforme dispõe o art. 10 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/10, os quais deverão ser acondicionados em envelope, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.
- c. a apresentação dos documentos da Habilitação Cadastral não isenta a entrega do envelope pertinente aos demais Documentos de Habilitação na ocasião oportuna fixada neste Edital.

20. Não será permitida a participação de empresa:

- a. autora do Projeto Básico e/ou Executivo ou empresas que possuam em seu quadro profissionais participantes da elaboração dos referidos projetos;
- b. que não atendam às condições de habilitação ou proposta deste Edital;
- c. que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- d. suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a SJRO, durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 87, inciso III da Lei n. 8.666/93;
- e. declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- f. impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002;
- g. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, V, da Lei 9.605/1998;
- h. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de prática de ato de improbidade, nos termos do artigo 12 da Lei 8.429/1992;
- i. enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/1993;
- j. cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Tomada de Preços;
- k. que esteja com pedido ou se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- l. sociedade integrante de um mesmo grupo econômico, quando uma das empresas já estiver participando da presente licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
- m. reunido em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- n. cooperativa de mão de obra, conforme artigo 5º da Lei 12.690/2012;
- o. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- p. retardatárias, exceto como ouvintes;

21. É facultada à Comissão Especial de Licitação ou à autoridade superior:

- a. A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
- b. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;
- c. Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

SEÇÃO VI - DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

22. As empresas interessadas deverão vistoriar o local da execução da obra e suas características, acompanhadas de representante designado pela Administração e receber a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, de que conhecem os detalhes do serviço, para identificar as características, condições especiais e dificuldades que, porventura, possam existir na execução dos trabalhos, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação para fins de elaboração da proposta para fins, inclusive, de adequação da planilha de custos, em sua quantidade e valor, respeitados os preços máximos fixados neste Edital.

23. O dia e horário da vistoria deverá ser previamente agendado através do telefone (69) 3211-2425 / 2430, com o Supervisor da SESEG - Seção de Serviços Gerais e a Engenheira Civil do SEREN - Serviço de Engenharia, no horário comercial. As vistorias serão realizadas unicamente nos dias agendados, em dias úteis e horário comercial, de acordo com a disponibilidade da Justiça Federal.
24. A vistoria será realizada em até 03 (três) dias antes da data definida para abertura da licitação, em dia de expediente na Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia, no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - Porto Velho/RO - CEP: 76805-902.
25. A Vistoria deverá ser feita por legítimo representante da licitante, devendo ser profissional habilitado nos termos definidos pelo CONFEA.
26. Será permitida a presença de apenas um licitante por vez na vistoria, acompanhado do representante da Justiça Federal.
27. Qualquer dúvida ou irregularidade observada durante a vistoria, não estando compatível com os projetos e/ou especificações, deverão ser previamente esclarecidas junto à Seção de Engenharia da Justiça Federal/RO, por escrito - telefone (69) 3211 2425. Aberta a licitação e apresentadas as propostas, não será acolhida nenhuma reivindicação.
28. Por força da Resolução n. 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, o licitante pode substituir a vistoria por uma DECLARAÇÃO afirmando que já conhece previamente as condições locais para a execução do objeto.
29. A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto da Licitação.

SEÇÃO VII - DA REPRESENTAÇÃO

30. Cada representante legal deverá se apresentar perante a Comissão Especial de Licitação, quando convocado, devidamente munido de credencial, entregue separadamente dos envelopes n. 01 e 02, respectivamente, HABILITAÇÃO e PROPOSTA, a fim de ser admitido para intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representação e devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente, com foto.
31. Por credencial entende-se:
 - a. No caso de procurador: Instrumento Público ou Particular de Procuração, onde esteja declarado expressamente ter poderes para a devida outorga;
 - i. No caso de ser instrumento particular de procuração, deverá vir acompanhada, ainda, de cópia do ato de investidura do outorgante (contrato social ou similar);
 - b. No caso de administrador (diretor, gerente ou similar): Documento comprobatório de capacidade para representar a empresa.
32. Não será admitido que uma mesma pessoa represente mais de um licitante.
33. A não apresentação ou a incorreção da credencial não inabilitará o licitante, mas impedirá seu representante de se manifestar durante as fases do processo licitatório e de responder pela empresa a qual está vinculado.
34. Se no decorrer do procedimento a licitante tencionar substituir o seu representante legal, deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo documento de credenciamento, ao qual será anexada cópia autenticada da identificação da pessoa nomeada.

SEÇÃO VIII - DA ENTREGA DOS ENVELOPES “HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA”

35. Impreterivelmente na data, hora e local referidos no preâmbulo desta Tomada de Preços, as licitantes deverão apresentar 2 (dois) envelopes, um contendo a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO e o outro a PROPOSTA COMERCIAL. Os envelopes devem ser apresentados com as seguintes características:
 - a. opacos e separados;
 - b. devidamente fechados – colados ou lacrados – e rubricados no fecho;
 - c. identificados com o nome, endereço, telefone e e-mail da proponente, o número e o objeto desta Tomadas de Preços, como segue:

- Envelope nº 01: DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

À Comissão Especial de Licitação da
Justiça Federal da 1ª Instância – Seção Judiciária de Rondônia
Tomada de Preços n. 1/2017

ENVELOPE N. 01
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

(Identificação da Licitante)

- Envelope nº 02: PROPOSTA COMERCIAL

À Comissão Especial de Licitação da
Justiça Federal da 1ª Instância – Seção Judiciária de Rondônia
Tomada de Preços n. 1/2017

ENVELOPE N. 02
PROPOSTA COMERCIAL

(Identificação da Licitante)

SEÇÃO IX - DA HABILITAÇÃO

36. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem, dentro do envelope “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, os documentos discriminados nesta seção, em vigor na data da abertura do envelope, preferencialmente numerados e na ordem indicada adiante, para agilizar a conferência. O licitante poderá OPTAR por serem verificados no SICAF seu cadastro e habilitação parcial exclusivamente para itens exigidos para habilitação cujas informações constem naquela base de dados.
37. **Habilitação Jurídica:**
- a. Registro Comercial e suas atualizações em vigor, no caso de empresa individual;
 - b. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
 - c. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - d. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente, quando exigível;
 - e. Documento de Identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do Representante Legal da licitante, para fins de assinatura do Contrato.
 - I. Caso o Representante Legal, acima referido, não seja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar instrumento de mandato.
38. Em qualquer caso, o documento de constituição deve constar dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatível com o objeto da licitação.
39. **Regularidade Fiscal:**
- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda;
 - b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a que se refere a presente licitação;
 - c. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e Secretaria da Receita Federal, mediante Certidão Negativa Conjunta de Débitos, ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;
 - d. Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante Certificado de Regularidade de Situação (CRS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
 - e. Prova de regularidade quanto aos débitos trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeitos de negativa (obtida no site www.tst.jus.br).
40. Sendo a licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a Comissão Especial de Licitação também consultará o sistema para comprovar a regularidade fiscal, emitindo declaração demonstrativa da situação do licitante, o que substituirá todos os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e" do item 39 deste Edital.
41. Caso a licitante não seja cadastrada no SICAF, é obrigatória a apresentação de todos os documentos de provas fiscais

exigidos no item 39 deste Edital.

42. Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão Negativa de Falências e Concordatas, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede do licitante;
 - b. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que venha substituí-lo.
 - I. A avaliação da boa situação financeira se dará pelos Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), conforme fórmulas a seguir, e deverão apresentar VALOR MÍNIMO IGUAL A 1 (UM).
 - II. Comprovação de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização monetária para esta data através de índices oficiais, vedada a apresentação de balanços ou balancetes provisórios.
 - III. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.
 - IV. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
43. Sendo a licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a Comissão Especial de Licitação também consultará o sistema para comprovar os Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), bem como o registro de patrimônio líquido, emitindo declaração demonstrativa da situação do licitante, o que substituirá todos os documentos exigidos nas subalíneas "I" e "II" da alínea "b" do item 42 deste Edital.
44. Caso a licitante não seja cadastrada no SICAF, é obrigatória a apresentação de todos os documentos de qualificação econômico-financeira exigidos no item 42 deste Edital.

45. Qualificação Técnico-Operacional:

- a. Certidão de Registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da jurisdição da sede do licitante, relativa ao presente exercício;
- b. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA/CAU, que comprove explicitamente que a empresa licitante, pelo menos os seguintes serviços:
 - I. Execução de itens de Acessibilidade (piso tátil, mapas, placas etc) em prédio com área mínima de 500 metros quadrados; e
 - II. Execução de estrutura em concreto armado, em imóvel com área mínima 500 metros quadrados.
- c. Comprovante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional de nível superior com formação em engenharia civil ou arquitetura, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA/CAU da região competente, relativo ao objeto licitado;
 - I. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social/estatuto social em que conste o profissional como sócio, ou ainda termo de compromisso entre o licitante e o profissional, de que atuará como responsável técnico da obra, firmando o respectivo vínculo empregatício, caso a licitante se sagre vencedora da licitação.
- d. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto;
 - I. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar do(s) atestado(s) de qualificação técnico-profissional.
 - II. O profissional indicado pela empresa somente poderá participar como responsável técnico por apenas 1 (uma) empresa, sendo inabilitada as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função.
- e. Declaração do indicado responsável técnico na alínea “d” deste item, aceitando o exercício da função de responsável técnico pela execução da obra;

- f. Atestado de Capacidade Técnica (Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Certidão de Acervo Técnico - CAT), expedida pelo CREA/CAU, que comprove explicitamente que o responsável técnico indicado, pelo menos os seguintes serviços:
- I. Execução de itens de Acessibilidade (piso tátil, mapas, placas etc) em prédio com área mínima de 500 metros quadrados; e
 - II. Execução de estrutura em concreto armado, em imóvel com área mínima 500 metros quadrados.
46. Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito privado deverão ter firma reconhecida.
47. **Outros Documentos:**
- a. Declaração de Vistoria de Serviços em Licitação emitida pela Justiça Federal, ou Declaração do licitante de que já conhece as condições locais (conforme modelo do **Anexo VII**), na forma da Seção VI deste Edital;
 - b. Declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis)anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 27, inciso V da Lei n. 8.666/93, conforme modelo do **Anexo IV**;
 - c. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, conforme modelo do **Anexo V**;
 - d. Declaração de Elaboração Independente da Proposta, conforme modelo do **Anexo VI**.
48. A **MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, deverão comprovar tal situação apresentando Declaração (conforme modelo do **Anexo III**) que atende às condições dispostas no art. 3º da LC n. 123/2006, ressalvado à Comissão Especial de Licitação o direito de exigir comprovações, caso venha a usufruir das prerrogativas dos artigos 42 e 43, da citada LC.
- a. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - b. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 43 § 1º da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 4º, § 1º do Decreto 8.538/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - c. A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.
49. Além da documentação descrita nos itens anteriores, a Comissão Especial de Licitação irá verificar a existência de registros impeditivos para a contratação das licitantes, mediante consulta ao:
- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível através do sítio: <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>;
 - b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível no sítio: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php; e
 - c. Consulta Negativa na Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no sítio: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1498:3:105097212338475:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO
50. Reserva-se à Administração o direito de diligenciar a fim de averiguar a veracidade das certidões apresentadas, assim como para averiguar as condições para a plena realização do serviço.
51. Os documentos poderão ser apresentados em originais, cópia autenticada em Cartório ou qualquer processo de cópia para autenticação pela Comissão Especial de Licitação, à vista do respectivo original.
52. A licitante cadastrada no SICAF poderá substituir a apresentação física dos documentos e índices solicitados para habilitação, pelos constantes no SICAF, sempre que as informações e documentos correspondentes constarem naquela base de dados atualizados e em plena validade.
53. A aceitação das certidões extraídas via internet pelo licitante, nos casos aqui previstos, estará condicionada à prévia averiguação, pela Comissão Especial de Licitação, de sua veracidade, mediante conferência no respectivo site.
54. Todas as assinaturas constantes nos documentos exigidos na presente licitação deverão estar acompanhadas do respectivo nome completo, legível e por extenso, ou por carimbo, de modo a permitir à Comissão Especial de Licitação a identificação do subscritor;
55. Toda a documentação apresentada pela licitante para fins de habilitação deverá pertencer à empresa que efetivamente for

executar os serviços licitados, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, ressalvadas as exceções legais e/ou regulamentares.

56. Os documentos de habilitação entregues à Comissão Especial de Licitação em língua estrangeira deverão estar acompanhados de sua tradução para a língua portuguesa feita por Tradutor Juramentado, além de devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
57. Os documentos de habilitação entregues à Comissão Especial de Licitação de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

SEÇÃO X - DA PROPOSTA

58. A proposta, que deverá estar no envelope n. 02 (PROPOSTA COMERCIAL), deverá atender às condições e especificações constantes deste edital e seus Anexos e às seguintes prescrições:
 - a. Ser datilografada ou impressa por processo eletrônico em papel que identifique a empresa, escrita em português, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, numerada sequencialmente nas páginas da proposta e dos respectivos anexos, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, contendo o nome dos representantes da firma, seu endereço, endereço de e-mail, fax e telefone para contato;
 - b. Conter preços em Real, escritos em algarismos e por extenso, e valores do BDI em percentual e por extenso;
 - c. Especificar o serviço de forma clara, completa e minuciosa, contendo descrição dos serviços requeridos, metodologia de execução, equipamentos e produtos a serem utilizados, e metodologia de avaliação dos resultados, não sendo aceita a oferta de serviços ou bens com especificações diferentes das indicadas neste Edital e Anexos;
 - d. Conter **expressa de concordância do contratado com a adequação dos projetos que integram o Projeto Básico** deste edital de licitação (inciso II do art 13º do Decreto n. 7.983/13);
 - e. Conter **prazo de validade da proposta** não inferior **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de abertura dos envelopes Proposta;
 - f. Informar **prazo de garantia dos serviços** não inferior a **05 (cinco) anos**, contados da data do recebimento definitivo dos mesmos;
 - g. Apresentar **Planilha Orçamentária** detalhada (**Anexo I-C**) com os quantitativos que entender necessários e suficientes, **preço global** não superior ao valor estimado pela Justiça Federal, apresentado na Seção II deste Edital, e **preço de cada item** de sua planilha não superiores aos contidos na Planilha Orçamentária Estimada pela Justiça Federal, já incluído o BDI dos materiais e serviços que serão efetivamente fornecidos e executados, vedado o uso das expressões ‘verba’, ‘conjunto’, ponto, ou outras unidades genéricas.
 - I. Entende-se como “preço de cada item” “a somatória de cada conjunto de subitens contida na coluna “TOTAL”;
 - II. Na formulação de sua proposta, a licitante deve considerar que os serviços que, de alguma forma, possam interferir na regular prestação jurisdicional deverão ser realizados fora dos dias e do horário de expediente, sendo as despesas trabalhistas e adicionais daí decorrentes de responsabilidade da futura CONTRATADA;
 - III. A coluna de quantidades da Planilha Orçamentária do Proponente é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores, com a pretensão de alterar o valor global proposto;
 - IV. A ausência, na Planilha Orçamentária, de quaisquer dos itens especificados neste edital e necessários à execução satisfatória do objeto não exime a licitante de executá-los dentro do preço global da proposta, devendo o orçamento da licitante ser elaborado levando em consideração que os serviços/obra objeto da licitação serão entregues em sua integralidade, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações, ficando a cargo do licitante a previsão de qualquer serviço ou material necessário, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente;
 - V. Os itens e os quantitativos constantes da Planilha Orçamentária estimada pela Justiça Federal devem ser considerados como referenciais, e os serviços e materiais podem não representar ou esgotar totalmente o que se fizer necessário para a completa execução da obra. Assim, cada licitante deve analisar detidamente os termos deste instrumento e seus anexos, especialmente o detalhamento dos serviços constantes no Projeto Básico e Projetos vinculados, avaliar e adotar os seus quantitativos segundo sua própria metodologia, apresentando todo e qualquer custo que se fizer necessário à execução do serviço;
 - VI. Os preços propostos pela licitante são referentes à data de abertura das Propostas, serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação vigente, excluindo-se qualquer expectativa de inflação, e já acrescidos de todas as despesas concernentes aos equipamentos e serviço, com transporte dos bens, seguros, fornecimento do material, mão de obra, encargos sociais, benefícios, tributos, seguros, e demais despesas, e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

- VII. Os preços deverão estar compatíveis com os correntes no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, não superiores ao máximo global e unitário definido na Planilha Orçamentária, com apenas duas casas decimais, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;
- h. Apresentar **Composição Unitária dos Custos (Anexo I-D)** dos serviços/insumos de todos os itens da planilha orçamentária, com demonstração da origem e formação dos preços dos insumos e serviços, bem como a indicação dos coeficientes de produtividade;
- i. Apresentar a **Composição do BDI - Bonificações e Despesas Indiretas (Anexo I-E)**, de forma detalhada e em folha separada, em consonância com o preconizado no Acórdão TCU n. 2622/2013-Plenário, respeitadas as reais obrigações da proponente quanto a impostos e contribuições, bem como as respectivas normas legais a que se submetem;
- I. O IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de BDI (Súmula n. 254, do Tribunal de Contas da União – TCU).
- II. Não deverão compor o BDI as despesas com administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro, as quais comporão a planilha orçamentária da obra como custeio direto, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas (Resolução n. 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ).
- III. Os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (Súmula n. 253, do TCU).
- IV. Os custos da composição do BDI não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas”.
- j. Apresentar **Cronograma Físico-Financeiro (Anexo I-F)**, com **prazo para a execução** do serviço não superior a **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do dia útil subsequente ao recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, já considerando a eventual realização dos serviços em horários fora do expediente;
- I. Os valores das etapas mensais poderão ter variação máxima de até 10% em relação aos valores mensais estabelecidos no cronograma físico-financeiro.
- k. Apresentar **Composição dos Encargos Sociais**, aplicados aos custos da mão de obra estimada, observando que o percentual relativo às leis sociais a ser aplicados nos custos de mão de obra deverá guardar coerência com os definidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal, observada a última versão disponibilizada pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico do SINAPI, na data de elaboração da proposta de preço;
- I. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional não deverão incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, etc.).
- l. Disponibilizar a **Planilha Orçamentária, a Composição Unitária dos Custos, a Composição do BDI e o Cronograma Físico-Financeiro**, além na versão impressa, assinadas e rubricadas, nos termos acima, também no formato digital - arquivo Excel ".XLS", com fórmulas de somatórios para conferência, em mídia digital (CD, DVD ou pen drive), lacrado no mesmo envelope n. 02 (PROPOSTA COMERCIAL).
59. Em caso de divergência entre os preços unitários e os totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos.
60. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.
61. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os termos deste Edital e seus anexos ou que se opuser a qualquer dispositivo legal vigente, aquelas com valor global manifestamente inexequíveis, na forma do art. 48, inciso II e parágrafos da Lei n. 8.666/93, ou com valor global ou unitário superior ao preço máximo estipulado, simbólico ou igual a zero.
62. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Especial de Licitação.
63. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente à habilitação e aceito pela Comissão Especial de Licitação.
64. Reserva-se à Administração o direito de diligenciar a fim de averiguar a exequibilidade das propostas apresentadas;

SEÇÃO XI - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA LICITAÇÃO

65. A Comissão Especial de Licitação no dia e horário fixados no preâmbulo deste Edital proceder-se-á ao recebimento, em ato público, dos envelopes de nº 01 e 02 de cada licitante, juntamente com a documentação de credenciamento de seu representante, podendo a Comissão, a seu exclusivo critério, conceder tolerância de 15 (quinze) minutos para abertura da sessão e início dos trabalhos.
66. Recolhidos os envelopes de número 01 e 02 de todas as licitantes, declarar-se-á encerrado o prazo de recebimento, nenhum outro podendo ser aceito a partir de então, de forma a não permitir a participação de interessada retardatária, apenas na condição de ouvinte.
67. Os representantes credenciados na forma da Seção VI constarão em Ata.
68. Recebidos os envelopes DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, e uma vez iniciada a abertura dos mesmos, não serão permitidas quaisquer retificações ou alterações do seu conteúdo, que possam influir no resultado final do processo licitatório, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, a critério da Comissão Especial de Licitação.
69. Proceder-se-á a abertura dos envelopes de número 01 (Habilitação), devendo os membros da Comissão de Licitação rubricar todos os documentos.
70. Ultimada a formalidade prevista no item anterior, o Presidente da Comissão dará vista da documentação aos representantes das empresas concorrentes para, querendo, examinarem e rubricarem os documentos de habilitação, não cabendo, posteriormente, qualquer reclamação por parte daquela que se abster de rubricá-las, ou daquela que não se fizer presente legalmente.
71. Na mesma ocasião os envelopes de nº 02 (Proposta Comercial) serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes que assim desejarem, permanecendo fechados e lacrados.
72. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação e inabilitação de cada licitante. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, serão elas consignadas em ata, e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, mediante ofício ou publicação no Diário Oficial da União, bem como no site da Seção Judiciária de Rondônia - (portal.trf1.jus.br/sjro), no menu "Transparência, submenu "Licitações";
73. O julgamento da fase de habilitação será registrado em ata e publicado no Diário Oficial da União, dispensando-se esta última providência caso os representantes de todas as licitantes estejam presentes na sessão em que se der a divulgação do resultado, hipótese em que a intimação será feita diretamente aos interessados;
74. Divulgado o resultado da fase de habilitação, a Comissão de Licitação consultará as licitantes sobre a possibilidade de as mesmas abdicarem do recurso cabível e, em havendo renúncia expressa do mencionado direito, a Comissão Especial de Licitação devolverá fechados, os envelopes nº 02 (Proposta Comercial), às licitantes inabilitadas, devendo a Comissão fixar, para tanto, o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, findo o qual os envelopes e seus conteúdos serão fragmentados, e dará continuidade ao certame com a abertura das demais propostas comerciais;
 - a. A Comissão Especial de Licitação poderá consultar, via fax, correio eletrônico, ou meio equivalente, as empresas participantes do certame licitatório que não tiverem representante credenciado presente à licitação, para que conheçam, em cada etapa, o resultado da referida Sessão e informem se abrem mão do prazo recursal;
75. Caso uma ou mais licitantes não se disponha a renunciar do recurso cabível contra o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitação somente poderá dar continuidade ao certame após o transcurso da fase recursal respectiva;
76. Transcorrida a fase de recursos contra o julgamento da etapa de habilitação do certame, a Comissão de Licitação intimará as licitantes habilitadas, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca do dia, do local e do horário em que será realizada a sessão de abertura das propostas comerciais;
 - a. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
77. Os envelopes nº 02 (Proposta Comercial) ficarão sob a guarda da Comissão Especial de Licitação, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes;
78. Os envelopes nº 02 (Proposta Comercial) serão abertos:
 - a. se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou
 - b. depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
 - c. depois de dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.
79. No ato público de abertura dos envelopes nº 02 (Propostas Comerciais), a Comissão de Licitação rubricará todos os documentos dará vista da documentação aos representantes das empresas concorrentes para, querendo, examinarem e rubricarem os documentos da proposta comercial, não cabendo, posteriormente, qualquer reclamação por parte daquela que se abster de rubricá-las, ou daquela que não se fizer presente legalmente.
80. Ultimada a formalidade prevista no item anterior, o Presidente da Comissão anunciará os preços pelos quais cada uma das licitantes se propõe a executar os serviços ora licitados;

81. Divulgados os preços, a Comissão, não havendo necessidade de suspender a sessão, proferirá o imediato resultado do julgamento das propostas comerciais;
82. Do mesmo modo que em relação à fase de habilitação, o julgamento das propostas comerciais será registrado em ata e publicado no Diário Oficial da União, dispensando-se esta última providência caso os representantes de todas as licitantes estejam presentes na sessão em que ocorrer a divulgação do resultado, hipótese em que a intimação será feita diretamente aos interessados;
83. Divulgado o resultado do julgamento das propostas comerciais, a Comissão de Licitação consultará os representantes das licitantes sobre a possibilidade de os mesmos abdicarem do recurso cabível e, em havendo renúncia expressa do mencionado direito, encaminhará o processo para fins de homologação do resultado e adjudicação do seu objeto à empresa declarada vencedora, nos termos do inciso VI do artigo 43, da Lei n. 8.666/93;
84. Não havendo renúncia expressa a recurso cabível contra o julgamento das propostas, o processo somente será encaminhado para homologação e adjudicação, após o decurso da fase recursal.
85. Caso entenda necessário proceder a exame mais detalhado da documentação ou das propostas comerciais, poderá a Comissão Especial de Licitação, a seu exclusivo critério, suspender a sessão em que se der a abertura dos respectivos envelopes, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento.
86. Das sessões da Comissão Especial de Licitação serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas por seus membros e também pelos representantes das empresas presentes.
 - a. Nas atas serão consignados o nome de todas as licitantes, as reclamações e requerimentos apresentados e as demais ocorrências que interessarem ao procedimento licitatório, inclusive as eventuais declarações expressas de todos dos representantes legais de não ter intenção de recorrer nas fases de habilitação e/ou proposta.
87. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou todas as propostas sejam desclassificadas, a Comissão Especial de Licitação poderá fixar às empresas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, admitindo-se, nessa ultima hipótese, a oferta de preços distintos dos inicialmente cotados.
88. A Comissão Especial de Licitação e a autoridade superior da Seção Judiciária de Rondônia poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, isso em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar originariamente da proposta.

SEÇÃO XII - DO JULGAMENTO E DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

89. Serão julgadas habilitadas a prosseguir no certame as licitantes que atenderem às condições estabelecidas na Seção IX deste Edital, devendo ser inabilitadas aquelas que deixarem de atender quaisquer das exigências ali consignadas.
90. A licitante inabilitada perderá o direito de participar das fases subsequentes do certame.
91. As **MICROEMPRESAS (ME)** e as **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)** que atenderem às condições dispostas no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, terão direito das prerrogativas consignadas dos artigos 42 e 43 da referida Lei Complementar, na forma registrada no item 48 deste Edital.
92. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados na forma do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado os valores unitários e totais máximos estimado pela Administração, conforme Planilha Orçamentária (**Anexo I-C**).
 - a. As propostas deverão estar em conformidade com os requisitos deste edital, bem como deverão obedecer ao LIMITE MÁXIMO DE PREÇO de **R\$ 173.115,74** (cento e setenta e três mil cento e quinze reais e setenta e quatro centavos).
93. Serão desclassificadas as propostas:
 - a. com preços excessivos para itens ou manifestamente inexequíveis ou valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação;
 - b. que extrapolarem os valores e percentuais máximos admitidos para contratação, constantes deste Edital e seus Anexos;
 - c. elaboradas em desconformidade ou incompatíveis com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no inciso IV, art. 43 da Lei n. 8.666/93.
94. Será considerada manifestamente inexequível, a proposta que apresente, nos termos do art. 48, § 1º da Lei n. 8.666/93, valor inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou;
 - b. valor orçado pela Administração.

95. Das licitantes classificadas na forma do item anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere às alíneas “a” e “b” do item anterior será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, igual a diferença entre o menor valor resultante do item anterior e o valor correspondente a proposta.
96. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no Edital ou ainda baseadas em oferta das demais licitantes.
97. Para efeito de análise das propostas, somente serão classificadas as que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos.
98. Se constatadas propostas de **MICROEMPRESAS (ME)** e **as EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)** com valores iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não seja de ME/EPP, será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015, da seguinte forma:
- a. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, hipótese em que o objeto será adjudicado em seu favor;
 - b. Caso a ME ou EPP reduza o valor de sua proposta original em face do critério de desempate, nos termos da alínea anterior, vindo a ser a vencedora do certame, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova Planilha Orçamentária, Composição Unitária dos Custos, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, adaptados ao valor global ofertado, vedada a alteração de quantitativos, prazos ou descrições de material/serviço;
 - c. A nova proposta apresentada serão avaliados pela Comissão Especial de Licitação, sendo rejeitada aquela em que a totalidade ou parcela dos itens tenham sofrido alteração em seus valores de modo a tornarem-se injustificadamente inexequíveis, excessivos ou incompatíveis com os preços de mercado;
 - d. Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas, se houver, as remanescentes com essa qualificação e cujas propostas tenham valor no limite estabelecido no item 98, obedecida a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - e. No caso de igualdade de valores de propostas de MEs/EPPs que estejam na faixa indicada no item 98, será realizado sorteio, para ordem de oferta de nova proposta;
 - f. Se não for possível a prática dos atos de preferência durante a sessão, a Comissão poderá convocar nova sessão pública, que se realizará no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis;
 - g. Frustrada a aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006, na forma dos subitens acima, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, se ela atender aos requisitos do Edital.
99. Não sendo caso de aplicação do previsto nesta Tomada de Preços quanto à preferência de contratação para ME ou EPP, na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por SORTEIO, em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo, conforme prevê o art. 45, § 2º da Lei n. 8.666/93.
100. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
101. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.
102. O resultado do julgamento da licitação será divulgado mediante publicação no Diário Oficial da União, Seção 3.
103. Transcorrido o prazo recursal e/ou decididos os recursos eventualmente interpostos, o resultado do julgamento será submetido ao Ordenador de Despesas para Adjudicação e Homologação.

SEÇÃO XIII - DOS RECURSOS, DA REPRESENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

104. Dos atos da Comissão Especial de Licitação ou da Autoridade Competente da Seção Judiciária de Rondônia caberá:
- I. **Recurso**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
 - a. habilitação ou inabilitação;
 - b. julgamento das propostas;
 - c. anulação ou revogação da licitação;
 - d. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SJRO ou de multa.
 - II. **Representação**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão relacionada com o

objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III. **Pedido de reconsideração**, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, no caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

105. A intimação dos atos referidos no item 104, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que proferida a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
106. Somente os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I do item 104 terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva nos demais casos.
107. Interposto o recurso, as demais licitantes serão intimadas para que, querendo, possam impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
108. O recurso será dirigido ao Diretor do Foro da Seção Judiciária de Rondônia por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, podendo esta reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.
109. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de documentação ou propostas, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
110. Para efeito do disposto no §5º do artigo 109 da Lei n. 8.666/1993, fica franqueada aos interessados a vista do Processo Administrativo SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012, por meio de acesso digital no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com liberação imediata pela Comissão Especial de Licitação, após pedido e indicação de e-mail válido pelo interessado.

SEÇÃO XIV - DA CONTRATAÇÃO

111. Nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 será firmado Termo de Contrato com a licitante vencedora desta contratação, regulando a relação entre a Administração-CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme Minuta do Contrato (**Anexo II** deste edital).
112. A licitante vencedora, através do seu representante legal perante o contrato a ser firmado, deverá cadastrar-se no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conforme Tutorial a ser disponibilizado pela Justiça Federal, obtendo sua assinatura eletrônica.
 - a. O representante legal da empresa vencedora deverá efetuar seu cadastramento no referido sistema no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do tutorial a ser enviado por e-mail pela Administração.
113. Após a Adjudicatária efetuar o seu cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará, por e-mail, o *link* de acesso ao sistema, contendo o inteiro teor do Termo de Contrato, para que, eletronicamente, assine o contrato.
 - a. A empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, a contar do recebimento do e-mail, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e/ou sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.
 - b. O prazo para assinatura do contrato poderá, a critério da Administração, ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso do prazo de que trata o item anterior, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
114. Se a licitante vencedora não cumprir as obrigações estabelecidas nos itens 112 e 113, é facultado à Administração chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n. 8.666/93, de forma a sujeitar a adjudicatária à aplicação das penalidades estabelecidas neste edital.
115. O procedimento licitatório somente poderá ser revogado em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
116. Será exigida da licitante vencedora, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, mediante as seguintes modalidades, conforme opção da CONTRATADA:
 - a. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b. seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou;
 - c. fiança bancária.

117. No caso da prestação de garantia na modalidade de caução em dinheiro a CONTRATADA deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuá-la.
118. Em caso de apresentação de fiança bancária na carta de fiança deverão constar expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002).
119. A apresentação do comprovante da garantia prestada deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura contrato.
120. As **formas de pagamento, prazos de vigência e execução, recebimentos, obrigações das partes, penalidades contratuais** e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na Minuta de Contrato (**Anexo II**), parte integrante deste Edital.

SEÇÃO XV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO

121. Garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, a licitante poderá ser sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação de multa, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação, e demais cominações legais, observada a graduação estabelecida no item 123, nos seguintes casos:
 - a. cometer fraude fiscal;
 - b. apresentar documento falso, seja durante a licitação ou quando da assinatura do contrato;
 - c. fizer declaração falsa;
 - d. comportar-se de modo inidôneo;
 - e. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - f. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - g. não mantiver a proposta;
122. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993.
123. Pelo descumprimento de obrigações editalícias, a SJRO aplicará multa sobre o valor estimado para a contratação, conforme as situações e graduações estabelecida abaixo:

Item	Descrição	Multa	Incidência
1	Desistência injustificada de participar da licitação após abertos os envelopes de Habilitação e antes de declarado o vencedor.	1% (um por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência
2	Comportamento indevido em licitação destinado unicamente a conturbar o certame; conduta ofensiva ou agressiva, realizada pelo representante legal da licitante ou sob sua ordem ou aprovação.	1% (um por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência
3	Apresentação de documentação comprovadamente inidônea à Comissão Especial de Licitação, para fins de habilitação no certame licitatório.	10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência
4	Realização de quaisquer atos ilícitos destinados a fraudar a licitação, prejudicar a Administração ou os demais licitantes, ou obter vantagens indevidas.	10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência
5	Descumprimento do prazo do Edital para a assinatura do contrato.	0,1% (cinco décimos por cento) do valor estimado para a contratação	Por dia de atraso
6	Recusa injustificada do vencedor em formalizar o contrato.	12% (doze por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência

7	Descumprimento injustificado das demais obrigações previstas no Edital que não sejam objeto de multa específica.	0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado para a contratação	Por ocorrência
---	--	---	----------------

124. As multas acima poderão ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, sem caráter compensatório, e sua cobrança não isentará a licitante da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
125. As multas serão recolhidas pela licitante, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU fornecida pela SJRO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.
126. As sanções administrativas referentes à execução do serviço são aquelas contidas no respectivo Termo de Contrato.
127. Na aplicação de quaisquer penalidades, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à licitante/CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da SJRO, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.
128. As penalidades acima permanecerão em vigor durante a execução contratual e serão aplicáveis caso venham a ser descobertas irregularidades vinculadas à etapa licitatória.

SEÇÃO XVI - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

129. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório desta Tomada de Preços mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico selit.ro@trf1.jus.br, até as 18 horas, no horário de Brasília-DF.
130. O presidente da Comissão Especial de Licitação decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
131. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
132. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao presidente da Comissão Especial de Licitação até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico selit.ro@trf1.jus.br, até as 18 horas, no horário de Brasília-DF.
133. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site eletrônico da Seção Judiciária de Rondônia (portal.trf1.jus.br/sjro), no menu "Transparência", submenu "Licitações".

SEÇÃO XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

134. A critério da Justiça Federal em Rondônia e mediante despacho fundamentado da autoridade competente, a presente licitação poderá ser transferida, revogada no todo ou em parte, anulada por ilegalidade, ou, ao término do processo licitatório, ter itens suprimidos para fins de adequação ao orçamento disponibilizado, sem que, por quaisquer desses motivos possam os licitantes reclamar direitos ou exigir indenizações.
135. Independente de declaração expressa, a simples participação de firmas nesta licitação, implica aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e em seus anexos e submissão total às prescrições legais vigentes.
136. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
137. É facultada à Comissão Especial de Licitação ou autoridade superior, em qualquer das fases desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução de assunto relacionado à presente Tomada de Preços.
138. As decisões emanadas da Comissão Especial de Licitação serão consideradas definitivas após homologadas pela autoridade competente.
139. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação, que decidirá com base na legislação em vigor.
140. Não serão admitidas futuras declarações de desconhecimento de fatos e dados sobre o serviço e o local de substituição/instalação, que venham a prejudicar o desenvolvimento normal do serviço.
141. Melhores informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações, poderão ser obtidos junto à Comissão Especial de Licitação, telefone (69) 3211-2452, nos dias úteis, no horário das 09h às 19h (horário de Brasília/DF).

SEÇÃO XVIII - DO FORO

142. As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste certame, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão

processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho/RO, 28 de agosto de 2017.

RENATO ALFAIA PEREIRA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PRESIDENTE

ANEXO I DO EDITAL
PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no Artigo 14 e Artigo 22, § 3º, da Lei n. 8.666/93, foi elaborado o presente Projeto Básico que através do procedimento legal pertinente, com vistas a contratação da obra de reforma da rampa do acesso principal, calçadas externas e demais itens de acessibilidade interna no Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia.

2. OBJETO

Obra de Reforma da Rampa de Acesso, Calçadas e Acessibilidade interna e externa do Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia, para adequação nos quesitos de Acessibilidade.

3. JUSTIFICATIVA

A obra objeto deste Projeto Básico, visa o cumprimento do Decreto n. 5.296/2.004, que regulamenta as Leis n. 10.048/2.000 e n. 10.098/2.000 e se remete às normas técnicas de acessibilidade da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050 e a NBR 13.994, assim como à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007 e que teve seu texto aprovado pelo Decreto Legislativo n. 186, de 2008, e ainda, o Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos - Guia para Gestores - 1ª Edição- Julho/2015 da SPU - Secretaria do Patrimônio da União.

4. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO

4.1. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO:

O objeto do presente Projeto Básico deverá ser contratado na Modalidade Tomada de Preços, conforme art. 23, "I", "b" da Lei n. 8.666/93.

4.2. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução das obras e serviços será feita sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme apresentado pela licitante vencedora em sua proposta comercial.

5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega e instalação dos materiais e serviços a serem adquiridos, como tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrente.

5.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o Valor Global, referente aos serviços especificados na Planilha Orçamentária (4204183), acompanhada das Composições Unitárias (4204187), BDI (4204210) e Cronograma (4204200) anexos a este Projeto Básico.

5.3. Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL, observando os valores totais e unitários máximos estimados pela Administração através do SINAPI. Serão desclassificadas as propostas que apresentem valores

de itens superiores ao estimado, mesmo que o valor total global seja inferior ao previsto pela Administração.

5.4. Deverão ser cotados todos os itens previstos no projeto e nas especificações, independentemente de constarem ou não da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, oferecida neste edital, devendo a licitante incluir na sua proposta de preços todos os serviços que julgue necessário à perfeita execução da obra objeto deste Convite, inclusive custos de instalações de canteiro e acampamento e de mobilização e desmobilização de obra, não podendo reclamar ou pleitear no futuro, sob alegação de erro, lapso, esquecimento ou qualquer outro pretexto.

5.5. A obra deverá ser planejada, orçada e executada tendo como base as dimensões, cotas e volumes indicados nos desenhos do projeto. Os quantitativos considerados pela licitante impõem a execução total dos serviços previstos para o item, independente de divergirem do real.

5.6. Na hipótese de ser constatado que o PREÇO GLOBAL não corresponde à somatória dos Preços Totais de cada item da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, será efetuada nova somatória para apuração do PREÇO GLOBAL correto.

5.7. O PREÇO GLOBAL proposto apresentado na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA será de exclusiva e total responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos preços sob alegação de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto.

5.8. Nos preços ofertados na proposta deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de custos, tais como: materiais, mão-de-obra para execução dos serviços e movimentação dos mobiliários, EPI's, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução dos serviços, custos e benefícios, taxas, licenças e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, finais de semana e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com a consecução do objeto desta licitação.

5.9. As Planilhas Orçamentárias, Composições Unitárias e BDI deverão ser entregue pelas empresas licitantes em versão impressa, devidamente assinadas e rubricadas, bem como em formato digital ".XLS", com fórmulas de somatórios para conferência.

5.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta de preços apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

5.11. Passada a fase de habilitação, verificada a exatidão da formação da proposta de preço, mediante minuciosa análise da planilha orçamentária, o preço global resultante será o único e exclusivo valor considerado para efeito de julgamento e classificação.

5.12- Atendendo ao [Acórdão 1977/2013-Plenário, TC 044.312/2012-1](#), somente será considerado erro de planilha relevante, para efeito de aditivos ou supressões, se forem constatadas divergências nos quantitativos em cada item do orçamento acima de 5% do quantitativo previamente estimado pela administração.

5.13. Nos moldes Inciso II do art 13º do Decreto n. 7983/13, deverá o contratado manifestar concordância com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

5.14. Não serão consideradas para efeito de julgamento, quaisquer ofertas ou vantagens não previstas, assim como propostas que contenham redução de preços sobre a proposta de menor preço, ou indicarem como referência preços de outras licitantes, que mencionarem outras taxas, impostos, benefícios, despesas indiretas ou outros acréscimos de qualquer natureza, para serem computadas além do preço total proposto, bem como as que estabelecerem condições outras, além das previstas.

5.15. Serão desclassificadas as propostas:

- a. Que não atenderem aos termos deste Edital e seus Anexos ou que apresentarem preços iguais a zero ou irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação;
- b. Com valor total superior ao orçado pela JUSTIÇA FEDERAL ou com preços **manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a demonstrar a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
 - Serão consideradas **manifestamente inexequíveis**, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela JUSTIÇA FEDERAL, ou
 - Do valor orçado pela JUSTIÇA FEDERAL.

5.16. A proposta deverá indicar, necessariamente, o nome do Responsável Técnico da empresa/serviços, e ainda, as comprovações técnicas conforme item 12 deste instrumento.

6. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.1. Recebimento Provisório:

6.1.1. Cabe à CONTRATADA comunicar formalmente, por intermédio da Fiscalização, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme contrato.

6.1.2. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

6.1.3. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

6.1.4. O recebimento de obras e serviço deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e gestor do contrato, mediante a termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

6.1.5. O recebimento provisório é o que se efetua em caráter experimental, relativamente à totalidade da obra ou serviço executado após a realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

6.1.6. Imediatamente após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato, a fiscalização deverá vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pelo contratado, todas as condições contratuais, observando que:

6.1.7. Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data, comunicação a CONTRATADA, etc;

6.1.8. Em caso de não conformidade, a fiscalização deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

6.1.9. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

6.1.10. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais a fiscalização ou gestor do contrato deve:

- i. Lavrar relatório circunstanciado, apontando falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução.
- ii. Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização
- iii. Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento com informações dos motivos de sua rejeição.

6.1.11. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas submetendo à nova verificação a etapa impugnada.

6.1.12. O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias.

6.2- Recebimento Definitivo:

6.2.1- O Recebimento Definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se o contratado tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

6.2.2- O Recebimento se dará no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado o funcionamento/produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada VISTORIA por servidor ou comissão designada pela Administração, com vistas à emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

6.2.3- Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 15 (quinze) dias contados da VISTORIA, a fim de efetuarem-se as correções necessárias;

6.2.4- Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada VISTORIA FINAL e após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do objeto, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO, em até 10 (dez) dias da comunicação da CONTRATADA. O não cumprimento do prazo a que se refere a alínea anterior caracterizará atraso.

7. DOS PRAZOS, PREÇOS, LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E VISTORIA

7.1- O prazo para execução dos serviços é de até 90 dias corridos, contados a partir do dia útil posterior à Ordem de Serviço.

7.2- Os serviços deverão ser prestados no prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - Porto Velho/RO. Os serviços serão fiscalizados e acompanhados por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

7.3 A vigência do Contrato terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

7.4- O objeto deste termo de referência é orçado em: **R\$ 173.115,74** (cento e setenta e três mil cento e quinze reais e setenta e quatro centavos), planilha orçamentária estimativa 4204183.

7.5- O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente termo.

7.6- As empresas interessadas deverão vistoriar o local dos serviços, acompanhadas por servidor da CONTRATANTE, e receber a *Declaração de Vistoria de Serviços em Licitação*, de que conhecem as características que interfiram nos serviços e obra, especificados e orçados, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

7.6.1- Por força da Resolução nº 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, o licitante pode substituir a vistoria por uma Declaração afirmando que já conhece previamente as condições locais para a execução do objeto.

7.6.2- A vistoria pela empresa interessada, para efeito de cumprimento da exigência acima, deverá ser previamente marcada através do telefone (69) 3211-2425, (Justiça Federal em Porto Velho), de 2ª a 6ª-feira, no horário das 9h às 18h, feita por profissional habilitado que represente a empresa, até 3 dias úteis anterior à data fixada para abertura das propostas.

7.6.3- A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto da Licitação.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado, de acordo com as medições mensais apuradas pela fiscalização, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro apresentado pela licitante vencedora. O período de apuração deverá respeitar o limite mínimo de 30 dias entre cada medição.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária creditada em conta corrente, mediante a apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal, em até 10 (dez) dias úteis, contados após o atesto do setor competente, ficando condicionado à comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, dívida ativa da União e tributos federais.

8.3. Os comprovantes de regularidade referidos item 8.2 deverão ser encaminhados pela CONTRATADA juntamente com a nota fiscal/fatura para pagamento, podendo ser apresentada a correspondente certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, obtida na internet.

8.4. Por ocasião da emissão de nota fiscal/fatura para liquidação, a CONTRATADA deverá ali discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal, bem como indicar o código do Fundo da Previdência e Assistência Social – FPAS, no caso de recolhimento para o INSS, além de anexar e encaminhar à SJRO a correspondente documentação comprobatória de cada situação particularizada, inclusive quando se tratar de isenção/imunidade tributária.

8.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

a) Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

b) O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADO.

8.6. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

a) descrição do serviço prestado, com sua quantidade, e valor total, conforme medição;

b) o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;

c) nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e

d) informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da

declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1244/12.

8.7. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

8.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

8.9. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

8.10. A CONTRATANTE não acatará cobranças por meio de duplicatas ou quaisquer outros títulos, feitas através de bancos ou outras instituições do gênero.

8.11. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

9. DAS RESPONSABILIDADES

9.1- As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempregadas e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

9.2- Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- b) Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- c) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- d) Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

9.3- Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

9.4- A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

9.5- Nos termos do que estabelece o art.72 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

9.6- A CONTRATADA submeterá à apreciação do CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

9.7- Para tanto deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da SUBCONTRATADA em participação de licitações.

9.8- À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução das obras e serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

9.9- As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

9.10- Nos moldes do Inciso II do art 13º do Decreto n. 7.983/13, a CONTRATADA manifesta concordância com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação

10. DA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

INTRODUÇÃO

Os serviços deverão seguir as especificações do Memorial Descritivo 4166889.

A reforma da rampa de acesso deverá ser executada conforme projeto, dentro dos padrões exigidos em norma. A Rampa atual possui inclinação aproximada de 13% que deverá ser adequada para o máximo permitido em norma, que é 8,33%. Para tanto, deverá ser construído novo lance de rampa com patamares intermediários, atendendo às exigências da NBR-9050.

A área interna da SJRO também deverá ser adequada às normas e leis de acessibilidade através da implantação de sinalização tátil

no piso, bem como, mapas e placas em braille.

A empresa contratada deverá proceder com a limpeza total dos locais de trabalho, descartando todo os materiais, sobras, lixos e demais resíduos gerados pela execução do objeto deste contrato.

10.1- Caberá à CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física especificada da obra, integrante da proposta, obrigando-se a manter no local da obra um Livro de Ocorrências de Obra (diário de obras), com folhas numeradas;

10.2- Os documentos relacionados no item anterior constituirão o processo da obra, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução e ser entregue ao CONTRATANTE, após a conclusão da mesma.

10.2.1- No Livro de Ocorrência de Obra, mencionado no subitem 10.1, serão lançadas, pela CONTRATADA, todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, etc., de modo a haver um completo registro de execução da obra. À Fiscalização do CONTRATANTE compete visitar as ocorrências registradas, emitir pareceres, determinar providências, autorizar serviços, etc.

10.3- Ao final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar relatório sucinto com fotos sobre a execução da obra, à Fiscalização do CONTRATANTE, que os encaminhará ao agente fiscalizador com parecer conclusivo.

10.4- Na direção geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, deverá a CONTRATADA dispor de profissional com curso superior na área de engenharia civil e, registrado no CREA, devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente.

10.5- O canteiro de obras deverá ser supervisionado por mestre de obras da CONTRATADA, em período integral, responsável pelos serviços, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos, o qual, ao notar alguma irregularidade, deverá se reportar, quando necessário, ao agente fiscalizador do contrato, tomando, ainda, as providências pertinentes que a ocasião exigir, e que substituirá o responsável técnico na sua ausência.

10.6- No local das obras e serviços deverá a CONTRATADA manter os técnicos e a mão-de-obra necessários à perfeita execução destes, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

10.7- A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

10.8- A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados à obra, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos equipamentos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

10.9- Os equipamentos e os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à Fiscalização determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

10.10- A CONTRATADA exonera, desde já, o CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhe sejam causados pelas empresas de que trata o item anterior. As responsabilidades serão recíprocas e exclusivas das empresas contratadas.

10.11- A execução e operação das obras e serviços provisórios e definitivos, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

10.12- Cabe à CONTRATADA, desde o início até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras e serviços localizados no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressalvando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

10.13- Cabe à CONTRATADA e correrá por sua conta, desde o início até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a execução dos procedimentos de fechamento de áreas internas de circulação, quando necessário, visando delimitar a área destinada a execução de obra, bem como todas as instalações provisórias necessárias, tais como luz, água, telefone, etc.

10.14- Correrá por conta da CONTRATADA ou de seu segurado, a reparação de danos causados a terceiro, em decorrência das obras e serviços, ressalvadas as despesas necessárias às desapropriações e as correspondentes a danos e perdas resultantes de atos do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

10.15- Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância das obras e serviços provisórios ou definitivos, até a ocupação e recebimento definitivo das obras e serviços, pelo CONTRATANTE.

10.16- Após a conclusão das obras e serviços a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, o escritório de obras, os entulhos e as obras provisórias, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de limpeza e de uso imediato.

10.17- A CONTRATADA solicitará da CONTRATANTE a autorização prévia para a realização de serviços fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal, os equipamentos e as ferramentas próprias.

10.18- Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da Engenharia do Ministério Público, as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da

NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção;

10.19- Todo o fornecimento dos equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários em todo o período da obra.

10.20- A CONTRATADA manterá organizada, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;

10.21- A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio;

10.22- A CONTRATADA manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor;

10.23- Caberá à CONTRATADA comunicar à Fiscalização da Engenharia da Justiça Federal, e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive princípios de incêndio;

10.24- Cumprirá à CONTRATADA manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18;

10.25- Caberá à CONTRATADA manter controle da entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço;

10.26- A Justiça Federal realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

10.27- Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente do CONTRATANTE.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à Fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e serviços, como também comunicar qualquer fato que resultar em risco de segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade da obra.

11.2- Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a Fiscalização do CONTRATANTE poderá autorizar modificações de caráter urgente, justificando a sua autorização.

11.3- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a critério do CONTRATANTE, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o desenvolvimento das obras e serviços, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

11.4- A CONTRATADA obriga-se a dar início às obras e serviços a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços, emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de incidir na multa prevista contratualmente.

11.5- A CONTRATADA obriga-se a executar as obras e serviços obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT, os projetos, detalhes, normas, memoriais, planilhas de orçamento, cronograma físico-financeiro e especificações e demais documentos que compõem a presente licitação.

11.6- Os elementos especificados no subitem 10. "Introdução" são integrantes e se completam na execução da obra. Eventuais modificações nesses elementos originais só poderão ser efetuadas, com autorização formal e escrita do CONTRATANTE, e devidamente aprovados pela fiscalização quanto a sua exequibilidade técnico-financeira e as normas da ABNT. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após a Fiscalização, responsável pela obra, registrá-la no Livro de Ocorrência da Obra (diário de obras).

11.7- Aplicar, nas obras e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes.

11.8- Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT.

11.9- Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do CONTRATANTE.

11.10- Executar os serviços dentro do prazo contratado.

11.11- Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente (das 8:00h às 18:00h), aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério da Justiça Federal ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da CONTRATANTE.

11.12- Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da CONTRATADA, cuja conduta, a critério do CONTRATANTE, seja considerada inconveniente.

11.13- Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas.

11.14- Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

11.15- Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

11.16- Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

11.17- Permitir e facilitar ao CONTRATANTE o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao CONTRATANTE, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

11.18- As obras e/ou serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alteração do prazo contratual.

11.19- Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

11.20- Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação.

11.21- Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

11.22- Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.23- A CONTRATADA deve providenciar a aprovação dos projetos junto às autoridades competentes e concessionárias de serviços públicos, e o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro e execução das obras e serviços, bem como, ligações elétricas, hidráulicas, de acordo com o previsto no Edital, e pagamento das taxas, emolumentos e outras despesas necessárias, sem ônus ao CONTRATANTE.

11.24- A CONTRATADA manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado.

11.25- Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6496/77.

11.26- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras objeto do contrato.

11.27- Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única e responsável.

11.28- Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento dos pagamentos compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1- Os serviços deverão ser supervisionados por engenheiro civil, que responda tecnicamente pela empresa.

12.2- O engenheiro poderá ser funcionário do quadro da empresa, responsável técnico da empresa ou contratado através de contrato de prestação de serviços particulares.

12.3- A empresa e responsável técnico deverão comprovar o registrado no CREA.

12.4- A comprovação técnica de aptidão para execução dos serviços deverá ser apresentada por meio de Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante e responsável técnico, devidamente registrado(s) no órgão competente CREA, no(s) qual(ais) se indique(m)

a execução de:

- Itens de Acessibilidade (piso tátil, mapas, placas etc) em prédio com área mínima de 500 metros quadrados.
- Execução de estrutura em concreto armado, em imóvel com área mínima 500 metros quadrados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços;
- b. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- c. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- f. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;
- g. Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais SUBCONTRATADAS, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa;
- h. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa;
- i. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- j. Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Projeto Básico;
- k. Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste Projeto Básico;
- l. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste Projeto Básico podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
- m. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93);

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério do Planejamento;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

14.2.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

14.2.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

14.2.3. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 abaixo;

14.2.4. A qualquer tempo, se constatado atraso da obra de até 10% (dez por cento), comparando-se o que foi efetivamente

executado pela empresa e o cronograma físico financeiro apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO. (Cronograma modelo a ser seguido pela empresa 4204200).

14.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

14.3.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto, com ou sem abandono da obra, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

14.3.2. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total contratado.

14.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

14.4.1. A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão da obra, 30% do valor total do contrato.

14.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 30 (trinta) dias em relação ao cronograma aprovado pela fiscalização.

14.6. Os percentuais referidos no item 14.4 acima serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

14.7. Será configurado **atraso injustificado** na execução da obra, quando:

14.7.1. A CONTRATADA executar menos de 60% do previsto no cronograma físico-financeiro, no período da medição.

14.7.2. A CONTRATADA não concluir a obra no período previsto no cronograma físico-financeiro, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

14.7.5. Os dias de atraso injustificado de que trata o item 14.7 serão calculados observando-se o seguinte critério:

$$Da = DPC \times (VPC - VPCE) / VPC$$

Da = dias de atraso

DPC = dias previstos no cronograma para a conclusão

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

14.8. Além das multas previstas no item 14.3 poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no caput desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	2
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência	3

6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	3
9	Utilizar as dependências do Justiça Federal para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	6
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias após a data prevista no cronograma aprovado pela fiscalização; por dia de atraso.	1
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	1
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	2
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	2
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
22	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no Edital e em seus anexos; por dia.	4
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	5

14.8.1. As faltas cometidas pelos empregados/funcionários das SUBCONTRATADAS serão consideradas como se cometidas pela CONTRATADA.

14.8.2. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a Administração poderá declarar a inexecução total do contrato.

14.9. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Justiça Federal:

14.9.1. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Justiça Federal, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, será aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial do objeto, nos termos deste instrumento.

14.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

14.10.1. A sanção de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Justiça Federal, em virtude de atos ilícitos praticados;
- reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Justiça Federal;
- ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que

venha ao conhecimento da Justiça Federal após a assinatura do contrato;

- f. apresentação, à Justiça Federal, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g. inexecução total do objeto nos termos deste instrumento.

14.11. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

14.12. A Administração rescindir o presente contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

14.13. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Justiça Federal e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

14.14. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

14.14.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida através da GRU no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da comunicação oficial.

14.14.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa da União.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

15.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

15.1.2. Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou

15.1.3. Fiança bancária.

15.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuar-la.

15.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

15.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

15.4.1. A retenção efetuada com base no item 15.4. não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

15.4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

15.5. A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, também deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do contrato, seguro de responsabilidade civil com cobertura básica e acessórias, no mínimo, de Responsabilidade Civil Operações, conforme previsto no art. 40, inciso XIV, alínea “e”, da Lei nº 8.666/93.

15.5.1. No caso da cobertura acessória de Responsabilidade Civil Operações, o valor segurado deverá corresponder, no mínimo, a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato.

15.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual.

15.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.7.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.7.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.7.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

15.7.4. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

15.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

15.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16. DO CONTRATO E ORDEM DE SERVIÇO

16.1. O presente Projeto Básico, bem como o Edital, independente de transcrição, fará parte integrante e inseparável do Contrato a ser firmado com a empresa vencedora;

16.2. Para fins de assinatura do Contrato, a empresa vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação solicitadas no Edital e Projeto Básico;

16.3. Após convocação da empresa vencedora do procedimento licitatório, esta terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinatura do Contrato;

16.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido Contrato no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n. 8.666/93;

16.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

16.6. O disposto no subitem anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº. 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao preço e prazo;

16.7. O Contrato a ser firmado com a empresa vencedora terá vigência de 12 (doze) meses e prazo de execução de 90 dias, como descrito no item 7.1.

16.8. O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

16.9. A ordem de serviço será emitida em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.

16.10. O prazo para execução dos serviços que trata o item 7.1 e cronograma físico financeiro, começará a ser contabilizado após 10 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço. Este prazo é para empresa fazer toda a mobilização e programação para o início da obra.

17. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Na eventualidade de o prazo de execução do serviço for prorrogado de modo a completar 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta em licitação, em face de suspensão do serviço no interesse da Administração, caso fortuito, força maior, ou em face da prorrogação do prazo de entrega do serviço no interesse da Administração, sem que se caracterize como atraso, o valor das parcelas a receber serão reajustadas pelo *Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI* setor “*Materiais e Serviços*”, da Fundação Getúlio Vargas, pela coluna “*acumulado nos últimos 12 meses*”.

Porto Velho, 06 de junho de 2017.

(assinado eletronicamente)

Laís Badra

Eng. Civil CONTRATADA SJRO
CTO-RO (Portaria Presi n. 377/2015)

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I-A - Memorial Descritivo, em PDF;

Anexo I-B - Projetos e Detalhamentos da Rampa de Acesso, Calçada e Acessibilidade (11 Pranchas), em PDF e DWG;

Anexo I-C - Planilha Orçamentária, em PDF e XLSX;

Anexo I-D - Planilha Composição de Custos Unitário, em PDF e XLSX;

Anexo I-E - Planilha Composição do BDI, em PDF e XLSX;

Anexo I-F - Planilha Cronograma Físico-Financeiro, em PDF e XLSX;

Anexo I-G - Tabela de Composição de Encargos Sociais SINAPI, em PDF; e

Anexo I-H - ARTs do Projetos e da Planilha Orçamentária, em PDF;

Os anexos acima estão disponibilizados para download no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Rondônia (portal.trf1.jus.br/sjro), no menu "Transparência", submenu "Licitações".

Caso o licitante ou qualquer interessado prefira obter os arquivos dos anexos acima em mídias virtuais (CD, DVD ou pen drive), observar as regras contidas na Seção III deste Edital.

ANEXO II DO EDITAL MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N._____ /20____, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E EMPRESA _____ PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA RAMPa DE ACESSO PRINCIPAL, DAS CALÇADAS EXTERNAS E DEMAIS ITENS DE ACESSIBILIDADE INTERNA NA SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Senhor WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJ DIREF 216/2017.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, sediada _____, CEP: _____, telefones: _____, e-mails: _____, representada por _____, Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade n. _____ e inscrito (a) no CPF/MF sob o n. _____, de acordo com a representação outorgada por _____.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato, instruído nos autos do PAe-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012, com base na Tomada de Preços n. 1/2017, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto a execução de obra de engenharia para reforma da rampa do acesso principal, calçadas externas e demais itens de acessibilidade interna no Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia, em cumprimento ao Decreto n. 5.296/2.004, que regulamenta as Leis n. 10.048/2.000 e n. 10.098/2.000, as normas técnicas de acessibilidade da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050 e a NBR 13.994, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007 com texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008.

§ 1º Os serviços deverão ser prestados no edifício sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - Porto Velho/RO - CEP: 76805-902.

§ 2º A descrição detalhada dos serviços, suas características e quantitativos estão contidos no Projeto Básico, Memorial Descritivo e Projetos constante no Edital de Tomada de Preços nº 1/2017 e na Proposta Comercial da CONTRATADA que, para todos os fins de direito, integram este Contrato independentemente de transcrição.

§ 3º São anexos do presente contrato:

ANEXO I - Planilha Orçamentária de quantitativos e custos e detalhamentos, da CONTRATADA;

ANEXO II - Planilha Composição de Custos Unitário da CONTRATADA;

ANEXO III - Planilha Composição do BDI da CONTRATADA; e

ANEXO IV - Cronograma Físico Financeiro da CONTRATADA.

§ 4º Integram o presente Contrato, dele fazendo parte, o Edital de Tomada de Preços nº 1/2017 e seus anexos e a Proposta da

CONTRATADA, sendo exigíveis as obrigações ali definidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste Contrato será realizado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos da alínea “b”, inciso VIII, do art. 6º da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido (PTRES): _____; Natureza de Despesa (ND): 449051 - Obras e Instalações, conforme Nota de Empenho n. _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O presente contrato possui o valor global de R\$ _____ (_____), conforme composição discriminada na Planilha Orçamentária da CONTRATADA (ANEXO I).

§ 1º O preço constante do *caput* desta Cláusula é líquido e certo, refere-se à data de apresentação da proposta em licitação, nele estando incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços contratados, incluindo fornecimento de todos os equipamentos, materiais, transportes, deslocamentos e diárias, mão-de-obra e detalhamentos que se fizerem necessários, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, taxas e outras despesas de qualquer natureza, e tudo o mais necessário à perfeita e completa execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Na excepcionalidade de o prazo de execução do serviço for prorrogado de modo a completar 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta em licitação, em face de suspensão do serviço no interesse da Administração, caso fortuito, força maior, ou em face da prorrogação do prazo de entrega do serviço no interesse da Administração, sem que se caracterize como atraso, poderá ser admitido reajuste pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI setor “Materiais e Serviços”, da Fundação Getúlio Vargas, pela coluna “acumulado nos últimos 12 meses”, que incidirá tão somente sobre a parcela que vier a ser executada após esse prazo de um ano.

§ 1º O reajuste previsto no *caput* desta Cláusula não incidirá sobre parcelas em atraso decorrente de culpa atribuída à CONTRATADA, considerado o prazo final de execução previsto neste instrumento.

§ 2º O valor do reajustamento incidente sobre a parcela referida nesta Cláusula deverá ser discriminado na fatura emitida pela CONTRATADA e devidamente atestada pela Fiscalização do contrato.

§ 3º Caberá à CONTRATADA solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação efetiva dos custos que envolvem a contratação, mediante respectiva planilha e memória de cálculo.

§ 4º Após análise e aprovação da memória de cálculo, o reajuste contratual será apostilado nos termos do artigo 65, § 8º da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento, computando-se nesse lapso temporal os prazos de expedição da ordem de serviço, de início da execução, de execução e de recebimento dos serviços.

§ 1º A Ordem de Serviço será emitida no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

§ 2º O prazo de execução dos serviços é de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do 10º (décimo) dia corrido do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

§ 3º Cada etapa construtiva deverá ser concluída nos prazos estipulados no Cronograma Físico-Financeiro da CONTRATADA (ANEXO IV).

§ 4º Os prazos aqui definidos são improrrogáveis, salvo em face de alteração quantitativa ou qualitativa solicitada pela CONTRATANTE e que comprovadamente interfira nos prazos, ou por motivo superveniente devidamente aceito pela CONTRATANTE, caso em que a CONTRATADA deverá solicitar a prorrogação e apresentar justificativa escrita da impossibilidade de cumprimento do prazo, antes de expirado o prazo a prorrogar, sob pena de incorrer nas penalidades relativas a atraso no adimplemento da obrigação previstas neste termo.

§ 5º O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, correspondente a **R\$** _____, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- b. Seguro-Garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”, ou;
- c. Fiança Bancária.

§ 1º Caso o valor total contratado seja inferior a 80% (oitenta por cento) do valor estimado pela CONTRATANTE para o certame, fica obrigada a CONTRATADA a apresentar GARANTIA ADICIONAL, correspondente a diferença entre os dois valores, podendo escolher quaisquer das modalidades no *caput* desta cláusula, observando as demais obrigações nesta cláusula.

§ 2º A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

§ 3º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

§ 4º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

- a. A retenção efetuada com base o § 4º desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.
- b. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

§ 5º A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuar-la.

§ 6º A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, também deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, seguro de responsabilidade civil com cobertura básica e acessórias, no mínimo, de Responsabilidade Civil Operações, conforme previsto no art. 40, inciso XIV, alínea “e”, da Lei nº 8.666/93.

- a. No caso da cobertura acessória de Responsabilidade Civil Operações, o valor segurado deverá corresponder, no mínimo, a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

§ 7º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 8º Caso a CONTRATADA opte pela carta de fiança, essa deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, e conter cláusula de atualização.

§ 9º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, inclusive contra terceiros;
- b. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

§ 10 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar expressamente todos os eventos indicados no item anterior.

§ 11 A contratada obriga-se a prorrogar a vigência da Garantia sempre que houver prorrogação na vigência contratual, e a complementar o seu valor, com vistas a manter o percentual definido no *caput* desta Cláusula, sempre que houver alteração no valor contratual, ou quando tal garantia for utilizada, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, para o recolhimento de multas aplicadas à CONTRATADA, indenizações a terceiros ou qualquer outra obrigação.

- a. O prazo para complementação e entrega do comprovante à fiscalização será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação pela CONTRATANTE.

§ 12 A garantia ou seu saldo será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após expedido o termo de recebimento definitivo da obra, desde que integralmente cumpridas as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Assinado o contrato, o prazo de execução passará a correr a partir do 10º (décimo) dia corrido posterior à data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Execução do Serviço.

§ 1º **Até a data de início da Execução do Serviço**, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, para juntada aos autos, a seguinte documentação, além daqueles porventura pedidos no Projeto Básico, custeando e taxas e emolumentos incidentes:

- a. A **garantia contratual** e, se for o caso, a garantia adicional, na forma da Cláusula VII deste contrato;
- b. A **placa da obra** para imediata instalação, contendo valor, número do processo administrativo, número do contrato, número do Tomada de Preços n. 1/2017, objeto e demais itens legalmente exigidos;
- c. O **comprovante de vínculo contratual/empregatício** com o profissional que atuará como **responsável técnico**, caso tenha sido apresentado Termo de Compromisso durante a licitação;
- d. A **Relação de Empregados** - R.E e respectivo comprovante de vínculo contratual ou empregatício, constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função, para registro prévio junto à fiscalização do CONTRATANTE, devendo atualizar tal informação a cada alteração de pessoal;
- e. Projetos de **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA** e **Programa Controle Médio de Saúde Ocupacional - PCMSO**, completos e assinados por profissionais da área;
- f. **Registro dos serviços/contrato no CREA/CAU local** e as **Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's**, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n. 6.496/77;

§ 2º O desenvolvimento e a execução dos serviços processar-se-ão de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA na licitação e em obediência às condições e especificações técnicas do Memorial Descritivo e demais anexos deste Contrato e do Edital de Licitação respectivo, da qual a CONTRATADA declara ter prévio e pleno conhecimento.

§ 3º Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da Engenharia do Ministério Público, as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

§ 4º Na direção geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, deverá a CONTRATADA designar o responsável técnico indicado e devidamente registrado, pelo tempo contratado, e responder aos eventuais questionamentos técnicos da Fiscalização da CONTRATANTE.

§ 5º O canteiro de obras deverá ser supervisionado por mestre de obras da CONTRATADA, em período integral, responsável pelos serviços, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos, o qual, ao notar alguma irregularidade, deverá se reportar, quando necessário, ao agente fiscalizador do contrato, tomando, ainda, as providências pertinentes que a ocasião exigir, e que substituirá o responsável técnico na sua ausência.

§ 6º No local das obras e serviços deverá a CONTRATADA manter os técnicos e a mão-de-obra necessários à perfeita execução destes, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

§ 7º Caberá à CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física especificada da obra, integrante da proposta, obrigando-se a manter no local da obra um “Diário de Obra” (Livro de Ocorrências de Obra), com folhas numeradas, e atualizado.

- a. O “Diário de Obra” deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo, quando o Diário será encerrado e uma via será entregue à fiscalização do CONTRATANTE.
- b. No “Diário de Obra” serão lançadas, pela CONTRATADA, todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, etc., de modo a haver um completo registro de execução da obra.

§ 8º Ao final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar relatório sucinto com fotos sobre a execução da obra, à Fiscalização do CONTRATANTE, que os encaminhará ao agente fiscalizador com parecer conclusivo.

§ 9º Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas pela fiscalização do contrato, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

§ 10 Os serviços que interfiram de algum modo na rotina de trabalho da Justiça Federal serão executados nos feriados, finais de semana e, nos dias úteis, fora do horário de expediente.

§ 11 A CONTRATANTE deverá ser consultada com pelo menos 24 horas de antecedência pela CONTRATADA sobre os dias e horários em que, pretende executar determinado serviço, para a devida autorização e acompanhamento pela fiscalização. As despesas decorrentes das horas-extras e adicional noturno previstas na CLT correrão por conta da CONTRATADA.

§ 12 Todos os materiais construtivos e de acabamento, equipamentos, ferramentas, máquinas e aparelhos necessários, serão fornecidos pela CONTRATADA nas quantidades, qualidade e prazos deste contrato, responsabilizando-se pela sua estocagem e

vigilância, tanto no canteiro como no local dos serviços, e responsabilizando-se pelas despesas de transporte, carga, descarga e movimentação, perdas, processo de utilização e controle de acesso de pessoal e veículos de entrega e retirada de materiais.

- a. A CONTRATADA submeterá à prévia aprovação da CONTRATANTE as amostras dos materiais a serem utilizados;
- b. A CONTRATADA armazenará corretamente o material, conforme orientação dos fabricantes e de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência e não impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio, evitando perdas e danos dos mesmos, ou extravios, e arcando a CONTRATADA com qualquer prejuízo;
- c. A CONTRATADA utilizará andaimes e guinchos apropriados, quando necessários, conforme normas específicas, de modo a alcançar os locais de trabalho de difícil acesso.

§ 13 A fim de garantir a segurança de pessoas e bens, a CONTRATADA utilizará placas indicadoras de limite dos serviços, assim como fitas, cones ou guias de isolamento das áreas de risco. As placas deverão conter, exclusivamente, os dizeres indicados pelos interessados, aprovadas pelo Executor do Contrato.

§ 14 Findo o serviço, a CONTRATADA se responsabiliza por retirar o pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias, deixando todas as áreas limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório.

§ 15 **Concluído o serviço**, a CONTRATADA apresentará:

- a. Comunicado de conclusão da obra ou serviço;
- b. As guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas, tributários e, em especial, o comprovante de quitação de débitos relativos aos serviços/obra concluídos (INSS e FGTS) dos funcionários vinculados ao serviço, em original ou fotocópias autenticadas;
- c. Os projetos *As Built* em papel e em mídia CAD; e
- d. Os demais itens porventura exigidos no Projeto Básico, em anexo.

§ 16 Durante 05 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Projeto Básico, a CONTRATADA obriga-se a:

- a. Providenciar toda a documentação exigida neste contrato nos prazos definidos;
- b. Providenciar a aprovação dos projetos junto às autoridades competentes e concessionárias de serviços públicos, e o licenciamento e outros requisitos para a instalação do canteiro e execução das obras e serviços, bem como, ligações elétricas, hidráulicas, de acordo com o previsto no Edital, e pagamento das taxas, emolumentos e outras despesas necessárias, sem ônus ao CONTRATANTE;
- c. Executar as obras e serviços obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT, os projetos, detalhes, normas, memoriais, planilhas de orçamento, cronograma físico-financeiro e especificações e demais documentos que compõem este contrato;
- d. Responsabilizar-se e responder por todos os encargos, ônus e obrigações, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, tais como: salários; seguro de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; encargos previdenciários e obrigações sociais e trabalhistas; seguros e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- e. Responder pelos recolhimentos da área tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o serviço, inclusive no tocante a seus empregados e prepostos;
- f. Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;
- g. Providenciar canteiro de obras com instalações, refeitórios, vestiário e WC para uso de seus funcionários, adequados aos padrões exigidos pela legislação pertinente;
- h. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, fornecer os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços e obras em execução;

- A CONTRATANTE deverá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo que o ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.
 - A CONTRATADA manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.
- i. Cumprir as normas de segurança em execução dos serviços e obras, em especial a NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, inclusive mantendo no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoais orientado para os primeiros socorros nos acidentes;
 - j. Manter seus empregados, quando nas dependências do CONTRATANTE, sujeitos às normas internas de segurança, ordem, disciplina, uniformizados e identificados por crachá, devendo substituir os considerados inconvenientes à boa ordem, que apresentarem conduta nociva, incapacidade técnica, que perturbarem a ação da fiscalização ou que não observem as normas internas do CONTRATANTE;
 - k. Executar os serviços durante o horário normal do expediente (das 8:00h às 18:00h) e mediante prévia solicitação da CONTRATADA, comprovada a necessidade, com autorização da CONTRATANTE, executar os serviços em horários estendidos, nos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno;
 - l. Empregar na obra profissionais qualificados a prestar assistência técnica e administrativa qualificada, observando o tipo/natureza do serviço a ser executado, emprego dos métodos mais modernos e adequados pertinentes à execução, e de equipamentos, tecnologia e materiais de primeira qualidade;
 - m. Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação;
 - n. Executar o serviço conforme orientações dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade, realizando os serviços com excelente acabamento, de acordo com as especificações e determinações constantes do projeto básico e da proposta, responsabilizando-se inteiramente pela remoção/instalação de equipamentos e unidades elétricas e de rede, resistência e estabilidade de todos os materiais utilizados;
 - o. Executar todos os elementos constantes nos projetos e especificações, os quais se completam e os seus conteúdos valem isoladamente podendo, portanto, um elemento constar apenas de uma destas partes. A CONTRATADA deverá executar os elementos e os serviços, ainda que conste somente de uma destas partes. Os detalhes não fornecidos deverão seguir o mesmo padrão dos que foram apresentados;
 - p. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento/serviço/material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
 - q. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do serviço, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização e prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, atendendo a todas as reclamações da CONTRATANTE a respeito da qualidade do serviço prestado;
 - r. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do objeto deste contrato, em especial quanto ao horário e dias de prestação do serviço, e ordem de prioridade de sua execução;
 - s. Providenciar à CONTRATANTE, para arquivo e controle, cópia de todos os documentos e projetos que contenham as localizações das instalações, discriminações dos itens utilizados e tipo de material empregado para fins de manutenção;
 - t. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;
 - u. Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE;
 - v. Permitir e facilitar ao CONTRATANTE o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao CONTRATANTE, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados;
 - w. Manter as áreas de trabalho, circulação, área externa, refeitórios e alojamentos constantemente limpos e organizados, providenciando, às suas custas, a remoção de entulhos e detritos acumulados e o transporte para local autorizado pelo Poder Público, conforme Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC.
 - x. Manter sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promover o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado;
 - y. Obedecer, juntamente com o que se estipula neste contrato, todas as normas vinculadas ao serviço neste contrato e anexos, e no Edital;
 - z. Permitir o livre acesso, ao local dos serviços, da Fiscalização do contrato e equipes de medição e recebimento da obra, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas;
 - aa. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, §§ 1º, 2º e 3º da Lei n. 8.666/93;
 - ab. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo,

ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;

- ac. Manter, durante toda a vigência do contrato, e apresentar no momento dos pagamentos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório para a contratação.

Parágrafo único - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Projeto Básico, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a. Emitir a Ordem de Execução do Serviço no prazo e condições deste contrato;
- b. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto deste contrato, fornecendo os projetos e memoriais descritivos e prestando as informações e os esclarecimentos necessários;
- c. Disponibilizar à CONTRATADA espaço físico necessário às suas atividades relacionadas à execução dos serviços contratados;
- d. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade constatada no cumprimento do objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- e. Designar servidor/comissão para o acompanhamento e fiscalização do contrato;
- f. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, por intermédio da Fiscalização do contrato, o cumprimento do objeto deste contrato;
- g. Registrar no respectivo Processo Administrativo as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- h. Efetuar o pagamento das etapas, nos prazos e condições deste instrumento;
- i. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços;
- j. Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação;
- k. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 72 da Lei n. 8.666/93, os serviços, objeto deste contrato, poderão ser subcontratados até o limite de 30% (trinta por cento), unicamente nos itens que exijam a participação de empresa especializada para a realização de serviço não compatível com as atividades da CONTRATADA. Nesse caso, a CONTRATADA permanece como responsável, perante a CONTRATANTE, pela correta execução dos serviços subcontratados, respondendo pelas falhas ou faltas verificadas.

§ 1º A subcontratação parcial de serviço se dará mediante prévia autorização e nos limites definidos pela Administração CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA como a única responsável por todas as obrigações contratuais e legais assumidas.

§ 2º Na hipótese de ser autorizada a subcontratação parcial de serviço, a CONTRATADA diligenciará junto à subcontratada no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, inclusive no tocante à regularidade documental, e especialmente quanto a fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados.

§ 3º A(s) empresa(s) subcontratada(s) deverão possuir qualificação técnica exigida na licitação e deverão possuir regularidade fiscal federal, bem como qualquer impedimento de contratar com órgãos da União.

§ 4º As faturas emitidas por eventuais subcontratadas deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA responderá pelas omissões e atos praticados por seus funcionários, prepostos, fornecedores e subcontratados, mesmo que involuntariamente, nos seguintes casos:

- a. Por danos físicos ou avarias causadas aos bens móveis e imóveis, instalações, veículos da CONTRATANTE, dos servidores, magistrados, de terceiros, nas vizinhanças, inclusive os resultantes de invasões, furtos, roubos, falhas em seu

sistema de segurança;

- b. Pelas infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, não recolhimento de tributos ou licenças em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto deste contrato;
- c. Pelos danos morais causados a pessoas, e por suas indenizações e reparações;
- d. Por danos à integridade e à saúde de pessoas, ocorridos durante a execução dos serviços ou por força destes;
- e. Por descumprimento das regras atinentes à destinação de resíduos, segurança do trabalho e à construção civil e suas consequências, e pelos danos causados ao meio ambiente às vias ou logradouros públicos;
- f. Por acidentes de trabalho, inclusive por incêndio ou princípios de incêndio, com vítimas fatais ou não, que possam vitimar seus empregados ou terceiros nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste contrato, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- g. Quando os serviços prestados e equipamentos utilizados pela CONTRATADA, por força deste contrato, violarem direitos de terceiros.

§ 1º A CONTRATADA arcará com as despesas judiciais, honorários advocatícios, indenizações e demais custos, inclusive por perdas e danos, resultantes de ações judiciais às quais a CONTRATANTE for compelida a responder por violação de direitos de terceiros em face da execução deste contrato.

§ 2º A Fiscalização da execução dos serviços pela CONTRATANTE não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pelos serviços executados por ela e por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

§ 3º Transformam-se em dívida líquida e certa custos decorrentes da recusa, demora, ou negligência da CONTRATADA em eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições na obra, e que venham, por isso a ser efetuados às expensas da CONTRATANTE.

§ 4º Na forma do Art. 618, da Lei 10406/02, a CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, com celeridade e às suas expensas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

As medições serão realizadas mensalmente ou após a conclusão de cada etapa, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, mas sempre observando o período mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre cada medição.

§ 1º Concluída cada etapa de execução dos serviços, a CONTRATADA comunicará por escrito ao CONTRATANTE, para que seja efetuada a vistoria (medição e verificações).

§ 2º Em até 10 (dez) dias seguintes ao recebimento da comunicação de que trata o parágrafo anterior, a CONTRATANTE, através de sua equipe de fiscais, vistoriará os serviços (medição e verificações) e verificará se, na execução da etapa, foram atendidas todas as condições contratuais.

§ 3º No caso de vistorias e medições específicas referentes à equipamentos e sistemas entregues e instalados em que haja especificação de prazos no Caderno de Encargos e memoriais, valerão os prazos lá fixados.

§ 4º Concluída a vistoria, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito, quando for o caso, as falhas verificadas, para as devidas correções e autorizará, completado o período de tempo disposto no *caput*, o pagamento dos itens da Etapa vistoriados e aceitos.

- a. Falhas não corrigidas não constarão no pagamento da etapa;
- b. Falhas corrigidas após o período constante no *caput* ou medições que se concluem após o pagamento do período constarão no próximo pagamento;
- c. A última medição será efetuada após conclusão total dos serviços/obra.

§ 5º Somente serão pagos os itens das obras e serviços efetivamente executados e previstos na Planilha de Quantitativos e Custos, sendo vedada a execução e pagamento de serviços não previstos em contrato ou aditivos.

- a. Embora o regime seja de Empreitada por Preço Global, as medições relativas a despesas fixas mensais (Administração) serão realizadas de forma proporcional à execução financeira da obra.
- b. Caso a CONTRATADA alcance percentual de execução maior do que o previsto no cronograma físico-financeiro, ou seja, antecipe a execução de subetapas completas, previstas em etapas subsequentes ao período da medição, a Comissão de Fiscalização a considerará na medição do período medido para o consequente pagamento. Entretanto, o valor do pagamento das despesas fixas mensais (Administração) previsto no cronograma não será alterado.
- c. Caso a CONTRATADA não alcance o percentual de execução previsto para a respectiva etapa, o pagamento pelos serviços

técnico-profissionais ficará restrito ao montante efetivamente medido, se considerado como unidade completa. Nesta hipótese, o pagamento das despesas fixas mensais (Administração), corresponderá, proporcionalmente, a esse montante efetivamente medido, considerado o percentual de execução previsto para respectiva etapa.

§ 6º O período mínimo entre um pagamento e outro será de 30 (trinta) dias, assim, havendo várias etapas concluídas e medidas dentro desse interstício, elas serão pagas conjuntamente.

§ 7º A fiscalização não realizará medições de serviços, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:

- a. A CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- b. A CONTRATADA deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c. Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

§ 8º A CONTRATADA só poderá emitir o documento fiscal das etapas concluídas no mês após a vistoria, medição e aprovação dos serviços pela Fiscalização do CONTRATANTE.

§ 9º A nota fiscal/fatura de serviços, atestada pela Fiscalização da CONTRATANTE, deve conter o nome do banco, agência e número da conta, e protocolizada no setor competente do CONTRATANTE para liquidação e pagamento da despesa, mediante ordem bancária creditada em conta corrente. O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará o período e os serviços prestados.

§ 10 O pagamento de cada medição/etapa será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a contar da apresentação do respectivo documento de cobrança devidamente atestado pela Fiscalização do CONTRATANTE, e condicionado à apresentação dos seguintes documentos, cuja validade poderá ser verificada através de consulta on line ao SICAF ou site oficial respectivo:

- a. Certificado de Regularidade do FGTS;
- b. Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§ 11 Se no ato do pagamento verificar a irregularidade fiscal, o pagamento será realizado, mas a CONTRATADA poderá sofrer a sanção de multa, nos termos deste instrumento, condicionado ao contraditório e a ampla defesa.

§ 12 Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de impostos naquela modalidade.

§ 13 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

§ 14 Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, inclusive quando os serviços não estiverem de acordo com o avençado, ficará pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE, sendo ressalvado, quanto à execução dos serviços, a glosa dos valores, conforme § 16.

§ 15 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos desta contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 16 O CONTRATANTE poderá realizar a glosa dos valores cobrados, na própria fatura, oficiando à CONTRATADA sobre as razões da medida. A CONTRATADA terá 10 (dez) dias corridos, contados do conhecimento dos motivos que ensejaram a glosa, para contestar, fundamentadamente, os cálculos.

§ 17 Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem a apresentação da contestação, tornar-se-á inimpugnável a glosa. Reconhecida pelo CONTRATANTE a improcedência da glosa, o valor deduzido será incluído, pela CONTRATADA, na próxima fatura.

§ 18 De acordo com a Lei Federal n. 9.430, de 27/12/96 e alterações, e Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 306, de 12 de março de 2003, da Secretaria da Receita Federal, serão retidos, no ato do pagamento, os valores relativos aos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, COFINS E PIS/PASEP), salvo se a CONTRATADA for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta contratação será recebido pela fiscalização designada pela CONTRATANTE. Após a comunicação formal de conclusão final dos serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE realizará vistoria para verificação dos serviços.

§ 1º O **Recebimento Provisório** dos serviços será feito no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** contados da comunicação escrita da CONTRATADA mediante “Termo de Recebimento Provisório”, assinado pelas partes, e após verificação de que os serviços foram de fato concluídos, e após a CONTRATADA:

- a. Entregar toda a documentação exigida no §15 da Cláusula VIII;
- b. Providenciar a limpeza dos ambientes;
- c. Testar equipamentos, instalações e ligações, as quais deverão estar em pleno funcionamento, e revisar todos os serviços, obras e acabamentos;
- d. Entregar os catálogos, folhetos e manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes pertinentes ao objeto dos serviços e obras, inclusive certificados de garantia;
- e. Corrigir todas as pendências apontadas pela Fiscalização durante a vistoria.

§ 2º Após a vistoria de que trata o *caput* desta Cláusula, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Provisório, por meio de Relatório Técnico de Vistoria, definindo o prazo para a execução dos ajustes. Não será emitido Recebimento Provisório se houver pendências ou falhas no serviço.

§ 3º O **Recebimento Definitivo** será feito no máximo **30 (trinta) dias corridos** contados do recebimento provisório, mediante termo próprio assinado pelas partes, após testes e vistoria da CONTRATANTE que ateste que não surgiram novas falhas, a adequação do serviço, o funcionamento dos equipamentos, instalações e ligações e o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93.

- a. O pagamento da última etapa da obra somente será realizado após o recebimento definitivo, ficando a eventual nota fiscal/fatura entregue sobrestada até a confirmação pela Fiscalização da efetiva conclusão e recebimento definitivo os serviços contratados.

§ 4º Os recebimentos, provisório e definitivo, não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

§ 5º Nos termos do art. 76 da Lei n. 8.666/93, o CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto deste contrato, ou parcela deste, executados em desacordo com as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Comissão designada pela CONTRATANTE.

§ 1º Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela plena execução objeto contratado, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, exercer, por intermédio de seu gestor e fiscal do contrato, a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- a. Expedir a ordem de execução de serviço conforme disposto no §1º da Cláusula VI;
- b. Fiscalizar a qualidade do material fornecido e do serviço realizado e o atendimento às exigências deste instrumento e seus anexos, primando pelo fiel cumprimento dos objetivos aqui definidos e exigindo a exata correspondência dos trabalhos com os anexos a este instrumento;
- c. Observar o cumprimento dos prazos fixado neste instrumento;
- d. Exigir a realização de todos os serviços com excelente acabamento, de acordo com as especificações e determinações constantes nos anexos deste contrato e na proposta da CONTRATADA, respeitadas as orientações do fabricante;
- e. Anotar todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- f. Determinar a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso considere prejudicial ao serviço ou à conservação de seus bens, equipamentos ou instalações;
- g. Promover as avaliações e medições das parcelas executadas, e solicitar as correções necessárias;
- h. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada parcela, nos termos deste contrato, para efeito de pagamento;
- i. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado;
- j. Ordenar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de empregados, seus ou de empresa subcontratada que não atendam aos requisitos de urbanidade e boa conduta, que sejam ineficientes, negligentes, inconvenientes ou desrespeitosos

com servidores da CONTRATANTE ou com terceiros;

- k. Comunicar à autoridade competente, em tempo hábil e por escrito, as falhas cometidas pela CONTRATADA que impliquem atraso ou descumprimento contratual, bem como a necessidade de acréscimo ou supressão de serviços, para adoção das medidas cabíveis;
- l. Decidir quais serviços poderão e quais não poderão ser realizados no horário normal de expediente, e quais deverão ser realizados em finais de semana, definindo os dias e horários;
- m. Analisar e aprovar o local de instalação dos canteiros, o plano de execução e cronograma detalhado, e seus ajustes, protótipos ou amostras de materiais e demais itens de sua responsabilidade definidos Projeto Básico;
- n. Fiscalizar regularmente a regularidade do vínculo trabalhista dos funcionários da CONTRATADA que atuem na obra, os recolhimentos, rescisões e novas contratações, com o fim de resguardar a CONTRATANTE de responder solidaria ou subsidiariamente por eventuais descumprimentos trabalhistas;
- o. Controlar o prazo de vigência e de execução do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
- p. Decidir os casos omissos relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos que se refiram direta ou indiretamente com os serviços.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal e Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

§ 3º O exercício da fiscalização, pela CONTRATANTE, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

§ 4º Concluída a vistoria decorrente da conclusão de cada etapa, a CONTRATADA será notificada para que corrija as irregularidades constatadas, após o que, nova vistoria será realizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, a fim de atestar a correta realização dessa etapa dos serviços.

§ 5º O Fiscal do contrato designado pela Administração terá idênticos poderes de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e neste contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a. Advertência;
- b. Multa moratória e punitiva;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

- a. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- c. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 abaixo;
- d. A qualquer tempo, se constatado atraso da obra de até 10% (dez por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o cronograma físico financeiro.

§ 2º Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

- a. Caso, após assinar o contrato, CONTRATADA se recuse a receber a Ordem de Serviço, ou após receber esta, se recuse a iniciar os serviços, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b. Nos casos de atraso na apresentação, após o recebimento da Ordem de Serviço, dos itens discriminados no § 1º da Cláusula VIII, será aplicada a multa correspondente a 0,2% (dois décimo de por cento) por dia de atraso, limitada a 10% do valor total contratado;
- c. Caso haja a inexecução parcial do objeto, com ou sem abandono da obra, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;

- d. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,2% (dois décimo de por cento) por dia de atraso, limitada a 10% do valor total contratado ou da etapa, conforme o caso.

§ 3º Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando a CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão da obra, pelo menos 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

§ 4º Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início da execução dos serviços por mais de 30 (trinta) dias em relação a ordem de serviços, podendo ser aplicada multa punitiva de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§ 5º Os percentuais referidos no § 3º desta cláusula serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

§ 6º Será configurado **atraso injustificado** na execução da obra, quando:

- A CONTRATADA executar menos de 60% do previsto no cronograma físico-financeiro, no período da medição de cada etapa;
- A CONTRATADA não concluir a obra no período previsto no cronograma físico-financeiro, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

§ 7º Os dias de atraso injustificado de que trata no § 6º desta cláusula serão calculados observando-se o seguinte critério:

$$Da = DPC \times (VPC - VPCE) / VPC$$

Da = dias de atraso

DPC = dias previstos no cronograma para a conclusão

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

§ 8º Além das multas previstas no § 2º desta cláusula poderão ser aplicadas **multas**, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo grau e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - Grau e Correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	2
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	3
9	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	6
Para os itens a seguir, deixar de:		

13	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução no prazo estipulado; por dia de atraso.	1
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	1
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	2
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	2
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
22	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no Edital e em seus anexos; por dia.	4
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	5

§ 9º As faltas cometidas pelos empregados/funcionários das SUBCONTRATADAS serão consideradas como se cometidas pela CONTRATADA.

§ 10 O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a Administração poderá declarar a inexecução total do contrato.

§ 11 A CONTRATANTE poderá aplicar ainda, nos casos de inexecução parcial e total, sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Justiça Federal, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n. 8.666/93, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos.

§ 12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei n. 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a. tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Justiça Federal, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Justiça Federal;
- e. ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Justiça Federal após a assinatura do contrato;
- f. apresentação, à Justiça Federal, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g. inexecução total do objeto nos termos da presente cláusula.

§ 13 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Justiça Federal e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

§ 14 A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de multas, de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, os quais gerem custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário).

§ 15 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, após o regular procedimento de apuração de responsabilidade, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

§ 16 O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

§ 17 No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

§ 18 A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato pode ser alterado nos casos e limites previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, lavrando-se para isso Termo Aditivo ou Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA deste instrumento, observando, em qualquer caso, os artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993..

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 2º Ocorrendo a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, conforme previsão no art. 80, IV, da Lei n. 8.666/93.

§ 3º Em qualquer hipótese de rescisão contratual a CONTRATANTE se obriga ao pagamento dos serviços executados e liquidados até a data da rescisão.

§ 4º No procedimento que visa à rescisão do contrato, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei n. 8.666/1993, na Lei Complementar n. 123/2006, do Decreto n. 8.538/2015, no Decreto n. 5.296/2.004, que regulamenta as Leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, as normas técnicas de acessibilidade da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050 e a NBR 13.994, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007 com texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e nas demais normas aplicáveis aos serviços, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Edital de Tomada de Preços n. 1/2017 e seus anexos, constante do PAe-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de Contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica facultado ao CONTRATANTE enviar toda e qualquer correspondência/comunicação/informação/notificação/documentos ao e-mail cadastrado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela CONTRATADA.

§ 1º A CONTRATADA responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado.

§ 2º A inobservância do disposto nesta cláusula não isenta a CONTRATADA por ônus decorrente da perda de negócios em razão do não recebimento de correspondência/comunicação /informação/notificação/documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente Contrato em ambiente virtual SEI, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado

conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE
Diretor da Secretaria Administrativa
Pela CONTRATANTE

[nome do representante legal]
Procurador/Cargo
Pela CONTRATADA

ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO

ANEXO I - Planilha Orçamentária de quantitativos e custos e detalhamentos, da CONTRATADA;

ANEXO II - Planilha Composição de Custos Unitário da CONTRATADA;

ANEXO III - Planilha Composição do BDI da CONTRATADA; e

ANEXO IV - Cronograma Físico Financeiro da CONTRATADA.

ANEXO III DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017 PAE-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012 DECLARAÇÃO DE ME/EPP

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ n.º, estabelecida à (endereço completo)cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e que essa empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017 PAE-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à

(endereço completo), declara, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO V DO EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017

PAE-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VI DO EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017

PAE-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da empresa licitante) doravante denominado Licitante, para fins do Edital de Tomada de Preços n. 1/2017, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n. 1/2017, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n. 1/2017, por qualquer meio ou por

qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços n. 1/2017, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n. 1/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n. 1/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n. 1/2017, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n. 1/2017, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n. 1/2017, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Justiça Federal em Rondônia antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VII DO EDITAL
TOMADA DE PREÇOS N. 1/2017
PAE-SEI n. 0000860-60.2017.4.01.8012
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

(Nome da Empresa), CNPJ nº, estabelecida à
(endereço completo), para fins do Edital de Tomada de Preços n. 1/2017, nos termos da Resolução n. 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, DECLARA que conhece as condições do local onde será executado o objeto desta licitação.

OBSERVAÇÃO: Declaração exigida apenas para os licitantes que não realizaram a Vistoria Prévia, nos termos da Seção VI deste Edital. Aos que realizaram a referida vistoria *in loco*, apresentar a Declaração emitida pela SJRO.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2017.

Assinatura

(Nome legível /carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Renato Alfaia Pereira, Supervisor(a) de Seção**, em 28/08/2017, às 16:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **4586659** e o código CRC **ECE56498**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0000860-60.2017.4.01.8012

4586659v7